CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário
Setor de Taquigrafia

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 3ª (TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,

DE 9 DE MARÇO DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Estão presentes o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Hermeto, o Deputado Pastor Daniel de Castro, o Deputado Fábio Felix e a Deputada Jaqueline Silva. Há número regimental.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, a seguinte ata da reunião anterior:

- Ata da 2ª Reunião Ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Acho que todos os Deputados e a Deputada receberam a ata da reunião anterior. Portanto, indago se há necessidade da leitura ou se podemos dar como lida e aprovada a referida ata.

Deputada Jaqueline Silva, V.Exa. aprova a ata, tendo conhecimento de tudo? Acha que é necessária a leitura?

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Não. De acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Deputada Jaqueline Silva de acordo. Deputado Fábio Felix?

DEPUTADO FÁBIO FELIX – De acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Deputado Hermeto?

DEPUTADO HERMETO – De acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Deputado Pastor Daniel de Castro?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – De acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Não havendo objeção, esta Presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observação a ata mencionada.

O Deputado Joaquim Roriz Neto, que faz parte desta CPI, avisou que não poderá comparecer no dia de hoje.

Eu vou proceder agora à leitura dos requerimentos pautados a serem aprovados no dia de hoje.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a pauta disponibilizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Item nº 1:

Discussão e votação do Requerimento nº 52/2023, de autoria do Deputado Hermeto, que "requer que sejam disponibilizados pela Advocacia Geral da União - AGU, cópia integral de todas as ações civis e criminais que tenham como polo ativo a AGU em decorrência dos fatos ocorridos no dia 8/1/2023 no Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado.

Item nº 2:

Discussão e votação do Requerimento nº 53/2023, de autoria do Deputado Hermeto, que "requer que sejam disponibilizados pela Presidência da República, todos os documentos produzidos relacionados aos fatos ocorridos no dia 8/1/2023 no Distrito Federal, assim bem como as imagens do circuito interno e externo dos locais depredados começando com 2 horas de antecedência até o final do ocorrido".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado.

Item nº 3:

Requerimento nº 54/2023, requer a convocação da Coronel Cintia Queiroz de Castro, da Polícia Militar do Distrito Federal, para prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023. Esse requerimento é do Deputado Hermeto. Tem também um requerimento de minha autoria, Deputado Chico Vigilante, e tem o Requerimento nº 100, do Deputado Pastor Daniel de Castro, todos com o mesmo objetivo.

Portanto, eu passo a Presidência à Deputada Jaqueline Silva para que possa proceder à aprovação desses requerimentos, tendo em vista que tem um requerimento de minha autoria, e eu não posso presidir, regimentalmente.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Presidente, é o item nº 4, certo?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Item nº 3.

(Assume a Presidência a Deputada Jaqueline Silva.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Assumo a Presidência.

Item nº 4:

Discussão e votação do Requerimento nº 56/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "requer a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de Joveci Xavier de Andrade, Adauto Lúcio de Mesquita, Rubens Wermem Dornelas de Freitas, Saniamar Dornelas Freitas Chagas e Wilmondes Rodrigues Rosa".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Deputada Jaqueline Silva, há três requerimentos anteriores que, tendo em vista terem o mesmo teor e sendo um de minha autoria, peço a V.Exa. que presida novamente a reunião para que possamos aprovar os requerimentos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade era para ser feita a leitura do item nº 3 primeiramente. A Deputada Jaqueline Silva leu o item nº 4.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Eu estou pedindo para voltar ao item nº 3.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*. Beleza.

(Assume a Presidência a Deputada Jaqueline Silva.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Item nº 3:

Discussão e votação dos Requerimentos nº 54/2023, nº 57/2023 e nº 100/2023, de autoria, respectivamente, dos Deputados Hermeto, Chico Vigilante e Pastor Daniel de Castro, que "requerem a convocação da Coronel Cintia Queiroz de Castro, da Polícia Militar do Distrito Federal, para prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e no dia 08 de janeiro de 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Estão aprovados.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Item nº 5:

Discussão e votação do Requerimento nº 97/2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que "requer cópia integral dos atos e processos administrativos relacionados às férias do ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Sr. Anderson Gustavo Torres, no âmbito do Distrito Federal, nos períodos aquisitivos de 2022 e concessivos de 2022 e 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado.

Item nº 6:

Discussão e votação do Requerimento nº 98/2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que "requer cópia integral do Relatório de Inteligência no 06/2023/30/SI/SSP/DF, de 06/01/2023, elaborado no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, bem como do respectivo processo administrativo".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado.

Item nº 7:

Discussão e votação do Requerimento nº 99/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que "requer a convocação do Coronel Klepter Rosa oficialmente Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal para prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023".

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – V.Exa. está pedindo a retirada, Deputado Pastor Daniel de Castro?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, a gente tem uma série de atos de pessoas que são extremamente mais importantes. Eu fiz alguns requerimentos. Eu quero sobrestar este por um momento, para lá na frente a gente discutir a convocação dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está bem. Estou retirando da pauta, mas não retirando do campo da CPI.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Perfeito. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está retirado de pauta.

Item nº 8:

Discussão e votação do Requerimento nº 101/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que "requer ao Departamento de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal, cópia integral do PAE nº 3".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado.

Item nº 9:

Discussão e votação do Requerimento nº 102/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que "requer ao Comando do Exército Brasileiro, cópia das imagens dos manifestantes acampados, no período compreendido entre 06 e 09 de janeiro de 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado.

Esclareço à Taquigrafia que todos os requerimentos foram aprovados por 5 votos favoráveis, registrando-se 2 ausências. Estão ausentes o Deputado Joaquim Roriz Neto e o Deputado Robério Negreiros.

Há um requerimento extrapauta que eu vou ler e depois passar a Presidência para a Deputada Jaqueline Silva. Vou ler esse requerimento na íntegra, dada a urgência que ele tem:

"REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

Requer a designação de reunião reservada para a oitiva do depoente Anderson Gustavo Torres.

Excelentíssimos Senhores Membros da CPI dos Atos Antidemocráticos,

Requeiro, nos termos do art. 73, II, combinado com o art. 84, §1º, ambos do Regimento Interno desta Casa, a designação de reunião reservada para a oitiva do depoente Anderson Gustavo Torres, a ser realizada na próxima quinta-feira, dia 16/03/2023, às 10 horas, nesta CLDF, conforme as razões abaixo.

JUSTIFICATIVA

Por meio de decisão proferida no bojo do Inquérito nº 4.923/DF, em trâmite no Supremo Tribunal Federal – STF, o ministro Alexandre de Moraes concedeu ao depoente Anderson Gustavo Torres, além do direito ao silêncio, a faculdade de comparecer, ou não, ao Plenário desta CLDF para prestar depoimento, em razão da declaração de inconstitucionalidade '*de conduções coercitivas de investigados ou réus para interrogatórios/depoimentos (ADPF 444, Rel. Min. GILMAR MENDES)*'.

Diante disso, a defesa do depoente, com o nítido propósito de colaborar com os trabalhos desta CPI, fez chegar a esta Presidência a intenção de o intimado ser ouvido em reunião reservada, de modo a evitar a exposição midiática de sua imagem, preservando, assim, a sua intimidade, tanto na condução desde o cárcere até o recinto apropriado desta Casa Legislativa como também durante a sua oitiva, respeitada rigorosamente a dicção da Súmula Vinculante n.º 11 do Supremo Tribunal Federal.

Com base nisso, considerando a relevância do presente depoimento para a elucidação dos fatos a que se refere esta CPI, requeiro, nos termos do art. 84, §1º, do Regimento Interno desta Casa, a designação de reunião reservada para a oitiva do depoente Anderson Gustavo Torres, a ser realizada na próxima quinta-feira, dia 16/03/2023, às 10 horas, em ambiente próprio nesta CLDF, com a presença permitida somente dos membros desta Comissão e dos servidores designados por esta Presidência, sem a presença da imprensa e sem transmissão da TV Câmara.

Brasília, 09 de março de 2023.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE

Presidente da CPI dos Atos Antidemocráticos." *(sic)*

Além do que está escrito, devo explicar também – já fiz uma reunião aqui com os Deputados e com a Deputada – que, ontem, nós notificamos o Sr. Anderson Torres, pela manhã, seguido do Dr. João, que é o delegado que está nos assessorando aqui, juntamente com o nosso advogado e a Sara, que é a nossa companheira do (Ininteligível.), além de uma agente da Polícia Civil. Conversaram com o Anderson Torres, e ele disse que tem muito a falar, que quer falar. E nós queremos que ele fale.

Portanto, nós estamos apresentando o requerimento, colocando todas as condições para que ele venha, sem a exposição, pois ele tem direito a não expor a imagem dele. Mas nós não queremos a imagem, nós queremos a fala dele. Por isso eu estou apresentando esse requerimento aqui.

Passo a Presidência à Deputada Jaqueline Silva para que possa submetê-lo à votação.

(Assume a Presidência a Deputada Jaqueline Silva.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Assumo a Presidência.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação do Requerimento nº 110/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "requer a designação de reunião reservada para a oitiva do depoente Anderson Gustavo Torres".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu acho que o requerimento do Deputado Chico Vigilante é apropriado. Eu acho que é fundamental para a comissão parlamentar de inquérito fazer a oitiva do ex-ministro e ex-Secretário de Segurança Anderson Torres.

Mas eu gostaria de fazer uma observação. Eu acho que a comissão parlamentar de inquérito cumpre o papel fundamental de trazer, também, transparência para a sociedade sobre os fatos ocorridos tanto no dia 12 de dezembro quanto no dia 8 de janeiro.

Então, é fundamental que esse caso, que é um caso fundamental para esta Câmara, seja exceção, não seja a regra. É uma sessão secreta por conta da realidade objetiva. O depoente não se dispôs a depor publicamente e com a imprensa, com a sociedade ouvindo. Para esta CPI é importante ouvi-lo em reserva, mas espero que esse seja um caso de exceção, para que a gente possa ouvir as pessoas e, também, trazer transparência para a sociedade do que está acontecendo na comissão parlamentar de inquérito.

Já adianto o meu voto, que é favorável ao requerimento do Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputado Fábio Felix, está prevista no Regimento Interno a reunião reservada, chamada reunião secreta. A qualquer depoente que queira pedir para falar de maneira reservada, a gente não tem como negar. Infelizmente, essa é a realidade do Regimento Interno desta Casa.

Mas eu quero, Deputado Hermeto, pedir a V.Exa., ao Deputado Fábio Felix, à Deputada Jaqueline Silva e ao Deputado Pastor Daniel de Castro que assinem também esse requerimento, para que ele seja um requerimento dos cinco Deputados aqui presentes – quatro Deputados e uma Deputada. Já encaminhei também, Sra. Presidente, para que possamos aprovar juntos, o adiamento do depoimento de um coronel da Polícia Militar, que está previsto para o próximo dia 16. Em vez desse coronel, nós vamos ouvir, possivelmente, o ex-Secretário Anderson Torres.

São esses os encaminhamentos que eu faço e peço a V.Exa. que submeta à votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é importante nós observarmos a linha do Direito. Sem dúvida nenhuma, é o que estamos fazendo na pessoa do nosso Presidente, Deputado Chico Vigilante, e, seguramente, dos seus assessores, principalmente o Dr. João, nosso Procurador, um ex-juiz que o Deputado nos apresentou ainda há pouco.

É importante ressaltar esse papel, porque, quando os advogados do depoente Anderson Torres acessam o Supremo Tribunal Federal, o Supremo concede a ele uma garantia que é constitucional, assim como o Regimento Interno desta Casa se refere a um pedido de um depoente para a não exposição da sua imagem.

Mas uma coisa importante é sabermos que, no final de tudo isso, nós temos a Lei de Acesso à Informação. Esses depoimentos estarão todos disponíveis na internet, para toda a imprensa, para os moradores do Distrito Federal.

Uma coisa importante – e aqui parabenizo e saúdo V.Exa. na condução da Presidência – é que facilitar tudo isso, para que o ex-Secretário Anderson Torres possa estar nesta Casa, é importante. É importante para nós, e muito mais, Deputado Fábio Felix, importante para ele. Se ele tem muito a dizer, que venha dizer mesmo, até para que isso aqui não exploda no colo dele e ele não segure.

Que ele fale, porque esta CPI já deixou claro: nós estamos buscando a verdade real de todos os fatos para chegar às pessoas, para punir essas pessoas. Brasília clama por essa resposta, e esta

CPI tem feito o seu papel. Portanto, acho que é extremamente importante o requerimento de V.Exa., e eu farei questão de assiná-lo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sra. Presidente, fui alertado pelo nosso Procurador da Câmara Legislativa, ex-juiz no Estado do Mato Grosso, que a comissão que nós estamos aprovando não é secreta, ela é reservada. Tem diferença do secreto para o reservado. Depois eu irei explicar qual é a diferença do secreto para o reservado. Reservado não é secreto.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Só salientando, Sr. Presidente, o depoimento será totalmente publicado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Reservado.

DEPUTADO HERMETO – Não. Após o depoimento do Anderson Torres, toda a imprensa terá acesso a ele?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Não, isso...

DEPUTADO HERMETO – Ou seja, será público o depoimento?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – É o que estou dizendo, o depoimento é reservado.

DEPUTADO HERMETO – *Ok*, após o depoimento. No caso, ele está pedindo para preservar a imagem dele. Mas o que ele disser reservadamente...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Pode ser publicado.

DEPUTADO HERMETO – Publicado?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – É.

DEPUTADO HERMETO – Só isso, para deixar claro.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado.

Devolvo a Presidência ao Deputado Chico Vigilante.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado. Eu gostaria de saber se a nossa depoente já está na Casa, a Dra. Marília. (Pausa.)

Ela já está na Casa, está só aguardando a chegada do advogado. Ela tem o direito de aguardar a chegada do advogado. Nós vamos aguardar. Na hora em que o advogado chegar, ela será conduzida para cá, para que a gente inicie.

Quero pedir à nossa assessoria que distribua esse requerimento que acaba de ser aprovado para toda a imprensa aqui presente que está cobrindo esta sessão. E, mais uma vez, quero agradecer e dizer a importância que tem a presença da imprensa aqui. É muito importante tudo isso.

Peço às meninas do café para servirem cafezinho para todos nós – inclusive para a imprensa.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Pois é, um cafezinho aqui... Ainda agora o Iuri estava com uns pães de queijo por ali. Se ele ainda estiver com os pães de queijo, a gente até...

Vou pedir para as meninas trazerem o cafezinho para todo mundo que está aqui no plenário.

Vou suspender a reunião até que o advogado chegue. E aí a gente retoma os trabalhos.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 9h39min, a reunião é reaberta às 9h50min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está reaberta a reunião da CPI.

Está presente a Dra. Marília Ferreira de Alencar, que já foi qualificada. Porém a ela eu indago: qual profissão a senhora exerce e onde essa profissão é exercida?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente, demais Deputados e senhores presentes. Eu me chamo Marília Ferreira de Alencar. Sou Delegada de Polícia Federal, sou lotada na Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Dra. Marília, a senhora é filiada a algum partido?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Dra. Marília, esclareço que a senhora está diante de uma comissão parlamentar de inquérito na condição de testemunha e, como tal, tem o dever de dizer a verdade sob pena de incorrer em crime de falso testemunho. Apesar disso, caso V.Sa. tenha envolvimento com os fatos criminosos investigados, fica garantido o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesma e de ser assistida por um ou por uma advogada.

Eu vou iniciar as perguntas. Em seguida, o nosso Relator fará perguntas, e depois, em homenagem às mulheres, a Deputada Jaqueline Silva vai fazer perguntas antes do Deputado Fábio Felix.

Ao assumir o cargo de Subsecretária da Secretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, foi realizada alguma transição entre a equipe que chegava com a equipe que estava deixando a pasta?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Primeiramente, esclarecendo que eu cheguei no dia... que fui nomeada no dia 3 de janeiro e assumi no dia 4. Então, na sexta-feira, tinha três dias que eu estava no cargo. Foi feita uma transição com o anterior subsecretário. A gente fez uma reunião, ele me passou os principais projetos, algumas questões da subsecretaria. Eu já o conhecia, inclusive, porque eu já era Diretora de Inteligência do Ministério da Justiça. Então, a gente já tinha conhecimento, já... já conversava, já tinha um... um relacionamento profissional. Então, foi tudo bem tranquilo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – O ex-Secretário de Segurança Anderson Torres, ao lhe fazer o convite para assumir o cargo de Subsecretária de Inteligência, lhe disse o motivo de realizar a troca de ocupantes de cargos estratégicos da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal assim que tomou posse? Pois muitos daqueles que foram exonerados trabalharam com ele quando passou pela pasta. Inclusive alguns deles foram nomeados por ele.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É... Eu... Ele, ao me fazer o convite, acho que ficou claro que era porque eu trabalhava lá no Ministério da Justiça com ele, né? Na verdade subordinada à secretaria... ao Secretário de Operações Integradas. Então, eu já exercia o trabalho de Chefe da Inteligência lá, e o Dr. Fernando exercia o de Diretor de Operações. Então, era de inteligência e operações. Então, acho que ele queria levar a equipe que estava com ele, que estava realizando um bom trabalho pra... pra secretaria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Teve transição? Foram passadas informações relevantes para a senhora sobre o que estava acontecendo no acampamento em frente ao quartel-general sobre os fatos ocorridos no dia 12 de dezembro de 2022, bem como sobre o atentado ocorrido no dia 24 de dezembro de 2022, no qual houve a tentativa de um ato terrorista que poderia causar o caos no aeroporto de Brasília e certamente em toda a malha aeroviária do País?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É... Transição específica sobre esses assuntos, não. Eu acompanhei pela mídia, né? E, quando eu estava... Eu estava nessa época lá no Ministério da Justiça. Então, eu acompanhei de um... de uma visão mais macro, né? Nacional. E... Mas, especificamente sobre esses assuntos, não, porque foram antes da minha... da minha chegada. Inclusive, a posse presidencial foi antes também. Chegou depois.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A senhora acompanhou ou tem notícias se começaram a iniciar investigações a respeito disso ou não?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É... Acredito...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Dos atos terroristas, inclusive aquele lá do aeroporto.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Acredito que na Polícia Federal, né? Acho que a mídia até falou que na Polícia Federal estavam realizando essas investigações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Mas a senhora como Delegada da Polícia Federal tem notícia se a Polícia Federal investigou ou está investigando esse caso?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Como delegada, não. Como cidadã que vi em matérias jornalísticas. Eu vi que está sob investigação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – O ex-Ministro Anderson Torres ou outro responsável pela Secretaria de Segurança repassou à senhora os informes de inteligência realizados pela equipe que estava na Subsecretaria de Inteligência antes de a senhora assumir, referentes aos movimentos antidemocráticos que culminaram nos atos do dia 8 de janeiro de 2023?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É... Desculpa, Presidente. Eu não entendi. Se o ex-secretário me passou?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Eu vou repetir. O ex-Ministro Anderson Torres, que assumiu a secretaria, ou outro responsável pela Secretaria de Segurança repassou à senhora os informes de inteligência realizados pela equipe que estava na Subsecretaria de Inteligência antes de a senhora assumir? Que culminaram no ato do dia 8 de janeiro de 2023?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, quando ali eu cheguei, no dia 3 ou 4 é... o responsável por essa área na subsecretaria, que é um tenente-coronel, ele... é... me repassou, né?, que a Subsecretaria de Inteligência acompanhava esses acampamentos, junto com as outras agências de inteligência, desde pós-eleição, né? Eles acompanharam os movimentos, ali, no acampamento, e que, naquela semana, já estava um movimento de desocupação, né? Que foi logo depois da posse presidencial. Teve um movimento de retirada, e eles já estavam saindo e, então, foi contínuo, eu cheguei, aí tive essa informação, e já veio a notícia das manifestações em redes sociais e tal. E no dia 5, eu pedi para esse responsável, esse coordenador responsável, que me confirmasse se essas manifestações estavam... se estava havendo mesmo essa convocação, como é que estava a situação. E aí ele me confirmou que havia essas convocações em redes sociais, em grupos, e me fez uma pequena fração de inteligência, explicando sobre esse movimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A pequena fração de inteligência é esta aqui?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, esse é o relatório mesmo. (Risos.) Esse é o relatório do dia 6. Antes disso, a gente já tinha a notícia de que um menorzinho... A fração de inteligência, ela é um comunicado menor. E esse aí foi do dia 6, já.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – E esse aqui, inclusive, diz o seguinte: "Oito dias circulam convocações para atos que apresentam pauta contrária ao atual governo..." – no caso, o governo eleito, que havia tomado posse – "... sobretudo, no que tange à eleição e à posse do Presidente da República, sendo a convocação para atos entre os dias 8, ou entre os dias 6 e 8 de janeiro de 2023, circulação e convocação para ato em Brasília entre os dias 6 e 8 de janeiro, intitulado por tomada de poder pelo povo" – não era pouca coisa, não, era o povo tomando o poder. "As divulgações apresentam-se de uma forma alarmante, dada a afirmação de que a tomada de poder ocorreria, principalmente, com a invasão ao Congresso Nacional. Entre os

organizadores de manifestações, estariam integrantes de grupos autodenominados de patriotas, além dos segmentos do agronegócio e caminhoneiros. Importa destacar que, em transmissão realizada ao vivo, em rede social, houve destaque para a manifestação a partir do dia 7, com participação de milhares de pessoas vindas de caravanas. Assinalam-se ainda grupos de mensagens nos quais os integrantes seriam pessoas conhecidas por CACs – Caçadores, Atiradores e Colecionadores e com postagens sobre sitiar Brasília e que denotam a intenção de prática de atos de violência no dia 8 de janeiro. Por meio de grupo de aplicativo de mensagem, constata-se a intenção de organização de caravanas oriundas de outros estados com destino a Brasília para participação nos referidos atos."

Tudo isso aqui está num relatório de inteligência. Eu pergunto à senhora, Dra. Marília: o que a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – as forças de segurança – fez para impedir aqueles atos?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Pois é. Esse relatório foi feito pela subsecretaria, quando eu estava lá, por nós, né?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Foi a senhora que... Comandado pela senhora que isso aqui foi feito?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Foi repassado ao titular da secretaria?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A senhora tem notícias de que medidas foram tomadas?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – O relatório foi à tarde, né? Na sexta-feira. O Dr. Fernando, pela manhã, tinha tido a reunião do PAI, com todos os representantes dos órgãos que tinham relação com o evento. Na realização do PAI, já foram consideradas essas informações. A Coronel Cintia já tinha, desde quinta, informações sobre essa manifestação – acredito que pela Polícia Militar também, a inteligência da Polícia Militar. E, com base nessas convocações que, de fato, eram alarmantes, é que foi feito o PAI naqueles moldes, né? Que cada órgão tinha sua obrigação descrita, de impedir a passagem... Ele já foi feito com base numa situação de... alarmante, preocupante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A senhora tem notícias de por que não cumpriram o PAI?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não tenho notícia. Não sei o que aconteceu na parte operacional. Não é minha área. Eu não posso... adentrar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – E, depois, aconteceu alguma reunião para avaliar por que não tinham cumprido o que a inteligência tinha apontado?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – A gente acabou ficando pouco tempo depois, né, Deputado, lá na... na secretaria. Então, mais dois dias depois dos acontecimentos. Então, o desenrolar ficou por conta do interventor, né? A análise de todos os fatos, do que aconteceu. Ele fez o relatório dele, né? No... no... Posteriormente, a gente teve acesso. Acho que todos tiveram. E, lá, ele aponta as conclusões que ele teve depois de todas essas reuniões que foram feitas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A senhora, sendo uma policial inteligente, uma policial competente, trabalhando com inteligência; a senhora, sendo Secretária de Segurança Pública do Distrito Federal, recebendo um relatório igual a esse da inteligência, que a senhora produziu, que medidas a senhora tomaria?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Olha, é importante ressaltar, Presidente, que esse relatório, ele ainda era com base nas convocações de redes sociais. Nesse momento aí, ainda não se tinha certeza se os ônibus vinham, quantos... Por exemplo, eu vou dar um exemplo, as convocações, elas eram... eles citavam – as pessoas nas redes sociais – milhares de ônibus. Era como se fosse um... Assim... E, na prática, acabou sendo... Não sendo, né? Acho que foram, no total, 130 ônibus. Então, assim, nesse momento, era alarmante. A gente viu nos grupos, nas redes sociais, que isso aí

tava sendo aventado, falado, mas ainda não se sabia sequer se eles vinham. Não tinha confirmação ainda junto à ANTT. Quando foi à noite, a ANTT confirmou que tinham 43 ônibus já registrados. E, a partir daí, da madrugada... Aí a inteligência, principalmente a da Polícia Militar, foi municiando no grupo lá – que acho que o Dr. Fernando mencionou – cada ônibus que chegava, cada placa, cada local de estacionamento, como é que estava o acampamento, como é que estava... Tudo isso foi monitorado e acompanhado. Então, essa foi a parte que a secretaria, né?, junto com os outros órgãos – porque todos estavam participando disso – fizeram para acompanhar essa previsão aí.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Quer dizer, tinha uma previsão, mas não foi prevenido. Não colocaram o número de policiais adequado ali.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É... Aí, eu, realmente, não sei dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A senhora viu as imagens, não viu? A senhora acha adequado vinte policiais – não tinha mais que vinte naquela barreira – para tentar barrar aquela multidão de criminosos que estavam ali?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É... Assim, eu vi... eu vi as imagens, né? Assim como os senhores. E... Daí, eu realmente não sei o que aconteceu ali, naquela parte ali.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Nós vamos descobrir o que aconteceu.

Voltando aqui. Dra. Marília, a partir do dia 6 de janeiro de 2023, começaram a chegar ônibus de diversas partes do Brasil, sendo que a grande maioria das pessoas que estavam em tais ônibus se dirigiu para o acampamento em frente ao quartel-general. Inclusive, boa parte da mídia alertava que crescia a animosidade entre tais manifestantes e que convocações para os atos em redes sociais sugeriam que poderia haver confronto com as forças de segurança da Capital. Indago: houve monitoramento, por parte da Subsecretaria de Inteligência, desses ônibus na chegada à Capital? Houve monitoramento do acampamento em frente ao quartel-general nesses dias? E mais: houve acompanhamento dinâmico da evolução do movimento?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim, houve a todo tempo...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Fale mais perto. Desculpa.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Ah! Desculpa. Olhando pro senhor e esqueço de falar aqui. É, houve esse monitoramento de passo a passo. É... esclarecendo... é até bom esclarecer. A Subsecretaria de Inteligência, ela tem uma atuação mais estratégica, né?, ela tem a obrigação de assessorar o secretário, no caso, o executivo, que era o Dr. Fernando, que era acima da Subsecretaria de Inteligência e, por conseguinte, o Secretário de Segurança. Então, a atuação da secretaria, da inteligência da secretaria é... é uma atuação mais estratégica. Ela não faz o trabalho das inteligências das polícias, né? Ela não faz investigação, ela não faz o trabalho que... e também não faz o trabalho que as inteligências das polícias fazem ao assessorar os seus tomadores de decisão, os seus comandantes e chefes. É... o que que a subsecretaria fazia? Ela fazia, então, frações de inteligência que eram compostas por todas as informações que ela obtinha, seja da Polícia Militar, seja dos... dos demais integrantes desse grupo que tava lá dando informações, de imagens, de fontes abertas, de tudo, tudo que era recebido, de contato com outras agências de inteligência. Tudo isso forma o... o produto que a subsecretaria de inteligência faz e assessora o secretário. Então, com base nisso, foi acompanhado, desde o primeiro ônibus que chegou lá, pisou no Distrito Federal, até o final de toda... todo esse evento. É... tudo: número de ônibus, placas. E muito vinha de informação da própria Polícia Militar, né?, da inteligência da Polícia Militar, que é quem está ali mais próximo ali em campo, e... e... nos... e repassava para esse grupo que estavam todos os órgãos. Todo mundo estava vendo todos esses órgãos, todas as placas, quantos estavam, onde estavam estacionados, a situação na Esplanada, a situação no acampamento. Isso era de instante em instante informado. Então, a gente fazia essa fração e subia num grupo para os tomadores de decisão da secretaria e também estava nesse grupo o comandante da Polícia Militar. Isso já era uma praxe de antes de eu chegar na subsecretaria. Eu como eu tinha acabado de chegar, eu... eu orientei o pessoal: "Ó, continuem fazendo o mesmo que faziam antes". Eu ainda... eu estava chegando ali, né?, então não ia mudar nada. É "continuem acompanhando e me repassando, e me, me demandem aí o que é pra... pra ser feito da minha parte que... que possa não estar fazendo, né? A gente acabou... acabou de chegar." Então assim foi feito. Eles faziam essas frações, é... Eram vários grupos de inteligência,

enfim, e... e a gente passava para os nossos tomadores de decisão, que é o... são os... os gestores da Secretaria de Segurança.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Dra. Marília, foi veiculado na mídia, em geral, que, no dia de 7 de janeiro de 2023, o Coronel Jorge Pinto enviou diversas mensagens no grupo de WhatsApp chamado Difusão, alertando sobre o tensionamento dos ânimos dos manifestantes. A senhora estava nesse grupo? Além da senhora, quem estava nesse grupo? Quem criou tal grupo e para que fim ele foi criado? A Coronel Cintia Queiroz fazia parte desse grupo? O grupo foi criado depois que a senhora assumiu o cargo de subsecretária ou ele já existia?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu até falei agora, no finalzinho da minha outra resposta: é exatamente isso. Esse grupo é esse que eu falei que a gente subia as frações para os tomadores de decisão. Ele se chamava Difusão. Esse grupo já existia antes de mim, mas com os outros chefes: com o outro secretário, com o outro secretário executivo. Quando eu cheguei, o Tenente-Coronel Jorge Henrique, que é o Jorge Pinto que o senhor mencionou, ele falou: "Doutora, precisamos manter o grupo. Vou colocar a senhora, o Secretário Anderson, o Secretário Executivo Fernando." A Coronel Cintia, eu acredito que estava, sim, nesse grupo, né?, porque ela recebia... Ela era a primeira... detentora das informações de inteligência, né?, de todas as... A gente trocava muita, muita mensagem. Então, ela estava, pelo que eu sei, e... Qual foi o outro ponto? Então, esclarecido o grupo. Ah, e no dia 7, o que foi veiculado na mídia, realmente, várias frações de inteligência informavam sobre ânimos... é...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Exaltados.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Exaltados. Até anotei os horários aqui. Meio-dia e meia, do dia 7, havia uma percepção de que os manifestantes que estavam chegando estavam com ânimos exaltados e dispostos a confrontos com as forças de segurança. Ao meio-dia e quarenta e cinco, 13h45, 14h50, 15h35 também mencionava ânimos exaltados; 17h15 também: incitação para prática de ações adversas, como falas de incitação para prática de ações adversas, como ocupação de prédios públicos; todavia, sem uma coordenação efetiva. Agora, é importante ressaltar...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Inclusive, eu quero pedir essas anotações da senhora, para que fique aqui com a CPI, porque elas são muito importantes para o objetivo que nós queremos, que é descobrir por que aqueles fatos aconteceram.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É importante ressaltar que as frações de inteligência, elas são daquele momento. É um recorte do que está acontecendo naquele momento ali no acampamento, na Esplanada. Então, é para o gestor olhar e falar: "Agora, está assim". Então, é... Em outros momentos, os ânimos estavam pacíficos. Então, isso alternava, né? Por exemplo, no sábado à noite, já estava... Eles estavam ali indo, né?, se organizando...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Se preparando.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É, para dormir. Eu não sei. Estavam, estavam... A gente recebeu o informe que estava tranquilo, que os ânimos... os ânimos estavam tranquilos. Para o senhor ter uma ideia, até o sábado à noite, não tinha certeza se eles iam descer pra Esplanada. Ficavam alguns no microfone dizendo que iam; outros grupos não queriam. É... Havia uma divergência sobre essa descida para a Esplanada, apesar de ter esses... esses... esses ânimos aí, algumas falas de incitação e tal. Então, à noite, já estava mais controlado. Já no domingo de manhã – não sei se o senhor vai me fazer essa pergunta posteriormente, mas já adiantando –, no domingo de manhã, eles acordaram. O primeiro informe foi: ânimos pacíficos – tomando, ajeitando o café da manhã ali. E, depois, logo depois, nove, nove e pouco, eles já decidiram que iam descer. Então, houve a primeira decisão que 13h eles iriam se encontrar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Tinha acompanhamento, *in loco*, de agentes da inteligência, lá no meio?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Principalmente da Polícia Militar. Tinha, com certeza.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Ótimo. Sim.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Então, no domingo, eles decidiram que iam descer, né? A partir de uma, que iam se encontrar 1 hora e iam descer às duas, e aí eles acabaram antecipando para 1 hora. Tudo isso foi informado para as outras agências de inteligência... os

horários, a quantidade de pessoas, a quantidade de ônibus. Tudo isso foi monitorado passo a passo, né? Inclusive, durante a descida. Inclusive, até complementando aqui essa pergunta, durante a madrugada, inclusive, de sexta para sábado, que começaram a chegar os ônibus, os agentes de inteligência da Polícia Militar no grupo acompanhando cada ônibus, cada placa. Foi tudo informado nesse grupo e todo mundo acompanhando. Esse grupo que eu tô falando não é o Difusão, é o grupo que tavam todos os órgãos, representantes de todos os órgãos que tavam no PAI.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Parece-me que tinha até o Itamaraty, não é?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Acho que era MRE, Supremo...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Ou melhor, eram o Ministério das Relações Exteriores, o Supremo e tudo. Foi assim que o Dr. Fernando falou aqui.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Doutora, foi veiculado pela mídia, bem como faz parte do depoimento do Subsecretário Fernando e do Exmo. Sr. Governador Ibaneis Rocha – depoimento na Polícia Federal –, que, no dia 7 de janeiro de 2023, no período noturno, e no dia 8 de janeiro de 2023, o subsecretário manteve contato com o governador dizendo que estava tudo bem, que estava tudo tranquilo.

A senhora sabe me dizer em que essas informações foram baseadas? Havia equipe de inteligência da secretaria subordinada à senhora no local? Ou foram somente informações repassadas por policiais militares que estavam acompanhando as manifestações? A equipe de inteligência da secretaria informava ao subsecretário em tempo real? Quem era o responsável por lhe passar essas informações durante o seu comando? A equipe da Subsecretaria de Inteligência deu continuidade ao serviço que vinha sendo realizado pela equipe anterior referente ao acampamento do quartel-general e seus desdobramentos? Essa é uma pergunta com muitas...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É, inclusive, algumas eu já até mencionei aqui, né? Eu não mudei nada, nenhum procedimento. Pelo contrário, eu precisava que ele continuasse a funcionar. Já tava dando certo todos os outros trabalhos que a subsecretaria fez de acompanhamento. É... Sobre a pergunta do... de quem me informava, é o coordenador da área que acompanha essas áreas de eventos e manifestações e da subsecretaria, que é o Coronel Jorge Henrique Pinto. Ele... Ah, até na outra pergunta que o senhor perguntou sobre o grupo Difusão, o grupo era da subsecretaria e quem postava era mais o coronel mesmo. Como funcionava? Ele pegava todas as informações que a SI recebe de outras agências de inteligência, relatórios de outras agências, agentes de campo, ABIN, tudo. Tudo que a gente recebe e colhe de dados, a gente faz... Ele fazia uma análise com a equipe dele e formava as frações de inteligência. Então, sobre essa situação de "tá tranquilo, não tá tranquilo", era com base em várias informações, vários agentes de campo, relatórios da ABIN, relatórios de várias agências. Todas as agências tavam trabalhando nessa situação. Inclusive, a gente tinha um grupo com todas as agências de inteligência. Então, é com base em várias informações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A senhora acha que a inteligência fracassou?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, de forma alguma. Não acho que fracassou. Acho que as informações circularam. O que se tinha foi repassado, foi recebido e foi repassado. Agora, o que foi feito para isso... se isso não tava tão claro lá, os ânimos... Mas, assim, o senhor viu aí, citou, né? Os ânimos de... a ideia, a vontade que eles tinham de invasão e tudo, a gente... Isso foi informado, né?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A polícia sabia disso?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – A gente informou. Circulou. E não foi só a subsecretaria. Várias agências...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A Polícia Militar do Distrito Federal foi informada disso?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Foi, não é, doutora? (Risos.)

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – (Risos.) A inteligência da Polícia Militar, acho que trabalhou muito bem, inclusive. Assim...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Acho que não trabalhou tão bem. (Risos.) Mas...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – A inteligência da subsecretaria é uma inteligência mais estratégica, né? Ela é para municiar o secretário. A operacional, a que vai ali em campo é a das próprias polícias.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Dra. Marília, conforme relato do Dr. Fernando na semana passada, aqui, sentado nessa cadeira em que a senhora está sentada agora, foi feito um planejamento de ação. Eu pergunto para a senhora: foi feito efetivamente o planejamento de ação integral?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – O planejamento da secretaria foi.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Ele foi cumprido totalmente?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Aí, são os órgãos que têm que fazer essa análise, né?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Eu pergunto para a senhora: o que falhou em tal planejamento por parte de integrantes da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal ou da PM? Qual era a função da Subsecretaria de Inteligência no PAI? Ele foi devidamente cumprido?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Dessas perguntas, eu só posso responder à da... à da minha área. A da minha área era fazer o acompanhamento de inteligência de todos os eventos. Como foi demonstrado, a gente fez o acompanhamento a cada minuto. E... Com relação aos... Principalmente o relatório de sexta-feira, esse foi o que o senhor leu aqui. Ele foi muito claro, muito pertinente. E... Com relação aos demais, aí já não é minha área. Eu não fico confortável para dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Dra. Marília, eu agradeço a colaboração da senhora. À medida em que a gente aprofunda as investigações aqui, eu chego à conclusão de que houve uma falha brutal por parte da Polícia Militar do Distrito Federal. Nós vamos chegar ao porquê de essa falha ter acontecido.

Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de a senhora estar aqui conosco e não se negar a responder a todas as perguntas que foram feitas.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO – Bom dia, doutora.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Bom dia.

DEPUTADO HERMETO – O Presidente Deputado Chico Vigilante terminou a fala dizendo que houve um erro convergindo para a Polícia Militar.

Como policial, eu sei que, na segurança pública – a senhora sabe também, é uma delegada experiente –, se a atividade-fim falha... Existe todo o sistema por trás da atividade-fim, que é a Polícia Militar, no caso.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO HERMETO – Então, não é uma falha de uma instituição, ou de uma fração, ou de um batalhão. É uma falha de todos, desde a inteligência, que tinha que monitorar cada passo dos manifestantes, até o soldado que está lá fazendo o cordão de contenção.

O Deputado Chico Vigilante, brilhantemente, fez várias perguntas. Algumas das minhas, a senhora já respondeu. Eu vou a uma coisa mais precisa. A senhora é delegada de polícia há quantos anos?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Quase dezesseis.

DEPUTADO HERMETO – Qual é a relação da senhora com o ex-Secretário Anderson Torres? Por que a senhora foi chamada para ser... A senhora conhecia o sistema de segurança do Distrito Federal? A senhora é policial federal e deve ter rodado o Brasil. O seu esposo também é policial federal?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO HERMETO – Delegado?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO HERMETO – Ele trabalhava também na secretaria?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não.

DEPUTADO HERMETO – Onde ele trabalha?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Nessa época, no edifício-sede da Polícia Federal.

DEPUTADO HERMETO – Qual a relação da senhora com o Ministro Anderson Torres? Vocês tinham uma relação fora? Vocês se conheciam antes?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Tá. Eu conheci o ex-secretário não sei bem em que ano, por volta de 2014, 2015. Éramos colegas da Polícia Federal. Ele trabalhava...

DEPUTADO HERMETO – Vocês são da mesma turma?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não. Ele trabalhava, então, com o Deputado Francischini na Câmara, e eu ajudava na DPF. Fiquei um tempinho como diretora parlamentar, e a gente tinha as pautas da DPF no Congresso. E aí eu o conheci assim: ele ajudava nas pautas lá, classistas, né? E... Então, a gente tinha contato ali, da polícia; eventualmente, se encontrava. Era uma pessoa benquista na Polícia Federal. O Dr. Anderson é uma pessoa benquista. E... Bom, aí, quando ele foi assumir o Ministério da Justiça, amigos em comum ali indicaram, ele estava precisando de uma pessoa para ir para a Diretoria de Inteligência, e eu conhecia o SEOPI, que era o Secretário também de Operações Integradas – a minha subordinação era ao Secretário de Operações Integradas, assim como o Dr. Fernando –, e aí ele me chamou e eu aceitei o convite. E, lá na Diretoria de Inteligência, já respondendo a sua pergunta sobre a segurança do DF, eu sou de Brasília. Eu não nasci aqui, mas desde criança eu moro em Brasília. É... O trabalho lá da Diretoria de Inteligência era – eu vou explicar isso porque acho que é um ponto importante – era de realizar a integração das agências de inteligência de todas as forças de segurança do País. Então, a gente tinha um projeto lá muito interessante, que são os centros integrados de inteligências, que são em cinco regiões – PM, Polícia Civil, Bombeiro, Polícia Penal –, e o meu trabalho lá foi quase que 90% de fazer essa integração desses centros, e o DF participava. Daí eu conhecia já o subsecretário daqui na época. Então, já conhecia um pouco o trabalho. E, então, foi esse o trabalho que eu fiz lá quase dois anos de tempo de Diretoria de Inteligência.

DEPUTADO HERMETO – Com a sua experiência como delegada, a senhora concorda que o efetivo da Polícia Militar era pouco naquele dia?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Então, eu não tenho informações sobre qual o efetivo da Polícia Militar naquele dia. Então, eu não posso...

DEPUTADO HERMETO – Mas a senhora, como delegada que faz a inteligência, por exemplo... Chegaram os informes, não é?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO HERMETO – Dos agentes de campo.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO HERMETO – Nos informes que a senhora tinha, não teria condições de dizer "Olha, tem tantas mil pessoas chegando a Brasília" e sugerir aproximadamente um efetivo, ou sugerir uma pauta com os outros ou com a secretária que estava saindo? Quem era a secretária, o secretário ou o subsecretário de inteligência que estava saindo?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – George.

DEPUTADO HERMETO – Ele estava há quanto tempo na secretaria?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Ah, já há um tempo.

DEPUTADO HERMETO – Pois é. Não houve uma certa dificuldade de entendimento entre os senhores? Porque um secretário sai e a senhora assume imediatamente, certo? Não teria que ter um informe explicando a quantidade, qual seria a sugestão do efetivo, toda essa tramitação?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Assim, eu acho que não havia isso. A inteligência da PM é autônoma, né? Tem até aqui no relatório do interventor. Ele cita as atribuições aqui do... da Subsecretaria de Inteligência. E, aqui, quando fala, vou pedir licença para ler: "Fomentar a integração da atividade de inteligência na forma da legislação vigente, buscando, no que couber, a integração de dados e informações de interesse da segurança pública, respeitada a autonomia das demais agências"... Então, a secretaria, a inteligência da secretaria não é... ela não tem nenhuma ingerência na inteligência da Polícia Militar. O que eu posso dizer é que a gente recebia informações suficientes da Polícia Militar. Quantos tinham, se era suficiente ou não, a gente não conseguia fazer esse crivo, e acredito que, antes de mim, também não, até porque o coronel que estava subordinado a mim era um coronel da Polícia Militar, tenente-coronel, tinha todo esse contato aí com a Polícia Militar, já trabalhava com eles. Então, além da... da pessoa do subsecretário em si, a gente tinha essa pessoa, que é quem tratava e pode até explicar melhor, que quem tratava disso diretamente e desde antes de mim. Continuou fazendo a mesma coisa.

DEPUTADO HERMETO – A senhora tinha a informação se a ABIN tinha essas informações do perigo que se corria em Brasília?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – A ABIN, a gente trocou informações, tanto no sábado de manhã... Todo o tempo, a ABIN, sim, informou. Da mesma forma que a gente fez o relatório de inteligência, eles também fizeram um comunicado sobre os mesmos fatos, no mesmo sentido.

DEPUTADO HERMETO – A senhora acha que a saída do Secretário Anderson Torres, a viagem dele para o exterior, de certa forma afetou diretamente isso aí no dia 8?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Diretamente, acho que não. Não vejo...

DEPUTADO HERMETO – Indiretamente?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não. Assim... O Dr. Fernando estava lá tinha pouco tempo, mas o Dr. Anderson também tinha pouco tempo. Não vi que isso tenha relação, não.

DEPUTADO HERMETO – Mas, na experiência da senhora como delegada, a mudança abrupta de toda a equipe, principalmente do centro da Secretaria de Segurança Pública, naquele momento em que a posse do Presidente Lula foi, digamos assim, perfeita no âmbito da segurança pública... Aquela mudança que houve de o ex-ministro vir para ser o secretário, a senhora acha que ela afetou diretamente as ações do dia 8 – a troca imediata de todo mundo?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Excelência, eu acho que, assim, na minha humilde opinião, eu acho que não, porque toda a equipe foi mantida. Toda a equipe, tirando eu e o Dr. Fernando, em relação aos fatos em si, né? É... Inclusive a Coronel Cintia, que é a responsável por toda a coordenação operacional. Então, ela foi mantida. Da minha parte, toda a equipe abaixo foi mantida. Então, o trabalho foi exatamente o mesmo, isso eu posso garantir. É... E o do Dr. Fernando também, abaixo dele tudo continuou funcionando. Então, assim, eu não consigo ver essa relação, como poderia... ter sido um diferencial essa troca. Éramos pessoas também experientes aí na área de segurança pública, né? Ninguém ali... Eu já era Diretora de Inteligência, ele já era Diretor de Operações, o então secretário já tinha sido Secretário de Segurança do DF. Então, assim, não vejo relação.

DEPUTADO HERMETO – Houve alguma reunião do Secretário Júlio Danilo, que estava saindo, junto com toda a equipe, na hora de vocês chegarem? Fizeram uma troca, fizeram uma interação?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu não sei se o Dr. Júlio fez com o Dr. Anderson. Isso, eu não sei dizer. Não sei, o Dr. Fernando também respondeu isso aqui. Mas ele é colega nosso, né? A gente está sempre conversando, sempre próximo.

DEPUTADO HERMETO – A senhora trocou informações com... Como a senhora diz que tem que interagir com a PM, e, realmente, o serviço de inteligência da PM é independente... Se não me falha a memória, o coronel que cuida do CI da PM é o Coronel Reginaldo Leitão.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso.

DEPUTADO HERMETO – A senhora conversou com ele, teve algum contato sobre o que poderia acontecer?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Então, a gente... Desculpa. No sábado, a gente fez o grupo de inteligência. Então, a gente colocou todos os chefes de inteligência no grupo e aí a gente trocou informações com o coronel e com todos os outros. Inclusive, tinha um outro grupo operacional da inteligência de cada órgão – nesse, eu não estava; era mais um dos analistas lá –, para trocar, para fluir essas informações.

O papel da Subsecretaria de Inteligência, um deles, que está aqui, inclusive, é o de integrar e de fazer com que as informações fluam entre as agências de inteligência. E foi isso que a gente fez. Inclusive o interventor, Dr. Ricardo Cappelli, ele fala isso, que a atribuição de integrar as agências de inteligência para facilitar o fluxo de informações foi feito, falou que... Aí, respondendo até a pergunta do Sr. Presidente, ele disse que não foi um problema de fluxo de informação, não foi um problema de informação, né? Ele concluiu aqui.

DEPUTADO HERMETO – A senhora acha que foi um problema na execução?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, não. Eu não posso dizer aonde foi, mas, de inteligência, eu posso afirmar que as informações fluíram. Tudo que chegou foi repassado, e analisado, e informado.

DEPUTADO HERMETO – Só que a conta não bate, não é? Se tudo o que chegou foi passado, foi realizado...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Pois é.

DEPUTADO HERMETO – Aconteceu aquela tragédia do dia 8, então alguma coisa aconteceu.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É.

DEPUTADO HERMETO – Aquele apagão aconteceu. A senhora atribui à falta de comunicação, talvez, de alguns órgãos?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO HERMETO – Eu estou batendo nisso, porque o Deputado Chico Vigilante fez perguntas contundentes no geral.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO HERMETO – Eu estou querendo entender, como diria na gíria policial, o que aconteceu, os bastidores daquilo ali, porque a Polícia Militar tinha um efetivo – como já foi dito aqui pelo próprio secretário executivo e outros – inferior ao tamanho da manifestação. Se tinha informes, vocês tinham agentes infiltrados dentro dos acampamentos?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Então, aí, só respondendo...

DEPUTADO HERMETO – A senhora pode responder essa pergunta ou é de cunho...?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É... Essa pergunta fica um pouco complicada de responder por causa da inteligência, mas é... o que eu posso afirmar, Deputado, é que... Por exemplo, o senhor falou aí do número de pessoas.

DEPUTADO HERMETO – Certo.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – O que as investigações têm que apurar, tanto a dos senhores quanto a da Polícia Federal, a da Polícia Militar, é que a informação que se tinha, por exemplo, na véspera, era 4 mil... Não. De manhã, já eram 5 mil – eu acho – pessoas; depois, eu acho até que chegaram mais ali, vindo de Brasília e tal. Acho que até deu um pouco mais. Mas a informação era que eram 5 mil pessoas. Aí o efetivo... Aí é uma análise – não é minha – que tem que ser feita é se... E em outras manifestações? Eu acho que o Dr. Fernando falou aqui que já teve 300 mil pessoas na Esplanada. Ali eram 5 mil. Afinal de contas, não é um número tão expressivo. Então, assim, saber como é que era antes, como é que foi o efetivo da Polícia Militar em outras manifestações para um número semelhante. Todas essas questões é que têm que ser... ser verificadas. Fica difícil, do lado de cada inteligência, a gente... a gente opinar sobre isso.

DEPUTADO HERMETO – A senhora falou de manifestação na Esplanada. Eu já participei, trabalhando na Esplanada, de manifestação de, talvez, 500 mil pessoas.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Pois é.

DEPUTADO HERMETO – E olha que era dividido. Você tinha que colocar uma... E a Polícia Militar conteve corretamente.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Perfeitamente.

DEPUTADO HERMETO – Perfeitamente.

Eu até falei, na minha outra fala, aqui, que eu fiquei trinta anos na Polícia Militar. Em 1992, eu era soldado e participei do *impeachment* do Fernando Collor – e olhem que os caras-pintadas iam para cima. Nós lá, Deputado Chico Vigilante, há quase um mês, contendo a fúria de... E não aconteceu nada – nada de grave. É claro que alguma coisa acontece.

Eu fico me perguntando, não só como Deputado e Relator, mas também até como policial... A Polícia Militar tem um trabalho, um conhecimento muito forte em relação à contenção de turba, à contenção de manifestação. Por que esse apagão? Será que se acomodaram? Alguém se acomodou na secretaria porque a posse do Presidente Lula foi perfeita? Será que foi, então: "Agora vamos relaxar"?

A mudança do secretário... O Júlio Danilo vinha fazendo um excelente trabalho e também era indicação do Secretário Anderson. Isso também não vem ao caso? "Ah, porque o Júlio Danilo..." O Júlio Danilo é amigo pessoal, ao que consta, Deputado Chico Vigilante, do Secretário Anderson. Inclusive, acho que eles são até compadres. Se eu estiver enganado...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não sei.

DEPUTADO HERMETO – Então, se tudo isso... É porque eu vejo todo mundo confundindo a polícia. Quem estava no final. Mas existe toda uma estrutura para colocar os policiais lá. E os policiais cumprem ordens. E volto a dizer que, de cada policial – daquele que tirou *selfie*, daquele que fez assim, que as imagens mostraram –, vamos individualizar as condutas para responsabilizar cada um. Mas, de um modo geral, nós vimos policiais apanhando, policial em cima do cavalo sendo massacrado, certo? E tudo isso aconteceu no dia 8. E no dia 1° nada aconteceu.

Então, eu quero terminar as minhas perguntas, Presidente – para que se dê oportunidade para os outros da CPI –, dizendo o seguinte: erraram todos. Não só quem estava na atividade-fim. Erraram os da inteligência, os do planejamento: todos. A segurança pública é feita num todo.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Obrigado, Deputado Hermeto, Relator.

Passo a palavra à Deputada Jaqueline Silva para que possa fazer as suas indagações.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Obrigada, Presidente.

Queria começar, aqui, primeiro agradecendo, de uma forma especial, ao Deputado Pastor Daniel de Castro e ao Deputado Fábio Felix, que abriram mão da ordem cronológica das falas e permitiram que eu pudesse falar primeiro.

Já quero aproveitar a oportunidade para parabenizar todas as mulheres por ontem, nosso dia, de uma forma especial. E quero também agradecer, Presidente, aos Deputados desta Casa, que nos permitiram – não só a mim, como à minha suplente, a Deputada Paula Belmonte, que também está contribuindo muito com as ações e com o trabalho –, como mulheres, fazer parte de uma comissão tão importante como esta.

Eu quero me dirigir aqui à Dra. Marília. Até onde a senhora acaba de afirmar, inclusive com o Deputado Hermeto, a senhora já havia trabalhado com o Dr. Anderson Torres e com o Dr. Fernando, certo?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Certo.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – A minha pergunta é: se a senhora já tinha relação profissional tanto com o Dr. Anderson quanto com o Dr. Fernando, por que a senhora não falou

diretamente com eles da mesma forma que a senhora se comunicou com o STF? Até onde a gente sabe, essa comunicação teria sido com eles por meio de um grupo, e com o STF parece que a senhora fez uma ligação.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – A senhora poderia esclarecer um pouco mais?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, na verdade, com o Dr. Fernando, a minha comunicação era sempre, constante, por telefone o tempo todo. Tá?

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – A senhora, então, informou para ele?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – A senhora ligou também para ele?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Não foi só uma comunicação via aquele grupo que a gente sabe que existia?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não. Não, não.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – A senhora ligou, comunicou...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Ele era meu chefe imediato.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Certo. A senhora fez, então, essa ligação. Era uma dúvida que a gente tinha.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – A minha segunda pergunta é a seguinte, doutora: durante as manifestações na Esplanada, as forças de segurança da Presidência, do STF e do Senado ficam inertes e dependentes da atuação das forças do Distrito Federal ou elas possuem autonomia para se protegerem? Não fica claro para a gente isso. Eu gostaria de ouvir da senhora. Eles teriam autonomia para fazer ali alguns movimentos?

Porque a gente percebe que não há uma clareza. Parece que há alguns momentos, inclusive, dentro de alguns vídeos, em que a gente vê eles muito brandos nesse processo. A senhora poderia esclarecer para mim?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu posso, assim, até tentar esclarecer, mas a minha parte é a parte da inteligência. Então, na inteligência, a nossa função é integrar todas as agências de inteligência, inclusive desses órgãos, para conversar e fluir a informação. "Ó, tem fulano que está em tal lugar aí, presta atenção aí perto do Supremo." Então, tudo isso é conversado pela inteligência. Agora, da parte operacional, eles têm as obrigações descritas no PAI, cada órgão tem sua obrigação ali. Mas, assim, até pelo senso comum, é óbvio que, além do que está no PAI, elas têm autonomia, as forças de segurança ali, para proteger as suas casas, para proteger seus patrimônios, fazer o que for preciso para essa proteção.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – A senhora concorda que eles foram inertes, que eles foram dependentes, que eles fizeram corpo mole? A senhora concorda com isso?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Os quais... Ah... De que órgão a senhora falou?

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – STF, Senado e a própria Presidência.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu não sei dizer porque... Que eu saiba, eles atuaram na hora que estava lá... já a invasão, vários policiais legislativos e judiciais. Eu não sei dizer quantos, nem como foi, se foi suficiente ou não. Realmente eu não sei como responder essa pergunta. Eu sei que eles atuaram.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – A senhora, na sua avaliação...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu vi imagens... Como cidadã, eu vi imagens e... que eles fizeram. Agora, se foi suficiente, quantos foram, que momento, isso eu não sei responder.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Entendi.

Sr. Presidente, são essas as minhas perguntas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Deputada Jaqueline Silva, vou passar a Presidência a V.Exa. para que possa submeter, novamente, à aprovação, aquele requerimento do Anderson Torres, porque agora já está com a assinatura do Deputado Fábio Felix, da Deputada Jaqueline Silva, do Deputado Robério Negreiros, do Deputado Hermeto e do Deputado Pastor Daniel de Castro.

(Assume a Presidência a Deputada Jaqueline Silva.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 110/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante e outros, que "Requer a designação de reunião reservada para a oitiva do depoente Anderson Gustavo Torres".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado.

Devolvo a Presidência ao Deputado Chico Vigilante.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado.

Passo a palavra, por vinte minutos, ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, como combinamos, estenda para trinta minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Atendendo a um pedido do Deputado Pastor Daniel de Castro, eu vou tomar uma atitude salomônica aqui. Vai ficar em 25 minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Bom dia, Sra. Marília. Bom dia a todos e a todas que nos assistem pela *TV Câmara Distrital*, Deputados e Deputadas, Presidente, Relator. A gente está em um dia importante, porque a gente precisa entender, e acho que a senhora pode contribuir, pelo menos em duas dimensões.

A senhora foi Diretora de Inteligência, correto? Do Ministério da Justiça, e também Subsecretária de Inteligência, durante alguns dias... três dias?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não. Até a exoneração, sete dias.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sete dias no Distrito Federal. Então, eu acho que tem, pelo menos, duas dimensões com que a senhora pode contribuir. Esta CPI tem como objeto dois momentos importantes da nossa história. O primeiro, dia 12 de dezembro de 2022, e a senhora estava ainda na Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Estava.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – E no dia 8 de janeiro de 2023. Então, são dois momentos importantes, porque o dia 12 de dezembro é um dia que chamou muito a atenção do País e do Distrito Federal. A gente teve uma série de depredações, ações coordenadas, ataque à Polícia Federal e depredação de uma Delegacia da Polícia Civil, que é a 5ª DP, que fica na Asa Norte, perto do Brasília Shopping. Então, teve a depredação da 5ª DP. Espalharam gás de cozinha pela cidade. Explodiram ônibus, carros. Ninguém foi preso nesse dia!

E eu falo isso com algum nível de espanto, porque eu acompanho, Deputado Hermeto, manifestações no Distrito Federal há pelo menos dezessete anos. E eu já vi manifestação em que não teve nenhuma intercorrência grave e que tinha sessenta, setenta pessoas na 5º DP presas por desacato. Nessa, onde teve explosão de carro, de ônibus, destruição de duas delegacias de polícia, ninguém foi preso. Então, esse dia é um dia também importante. A gente acaba esquecendo, focando no dia 8. A Deputada Paula Belmonte, que sempre destaca os órgãos federais, imagina, cadê os órgãos federais no dia 12 de dezembro? Os órgãos federais liderados pelo Presidente Bolsonaro também? Nós precisamos fazer esse mapa completo do que aconteceu no dia 12 de dezembro. Eu trago isso porque eu acho que é importante.

Eu queria começar com uma pergunta que eu acho que é técnica. A senhora é uma Delegada da Polícia Federal que assumia o cargo de Diretora de Inteligência do Ministério da Justiça. Como profissional da área de segurança pública, o que, para a senhora, deu errado? Porque alguma coisa... o Deputado Hermeto sai com essa angústia. Alguma coisa deu errado! O que, na avaliação técnica da senhora...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – No dia 12?

DEPUTADO FÁBIO FELIX – O que deu errado no dia 8 de janeiro de 2023?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Ah, no dia 8. Eu pensei que o senhor estava falando do dia 12.

Bom, assim, eu não gostaria, Deputado, de dar juízo de valor sobre o trabalho ou a competência de outras áreas que não são a minha. Fica difícil para a gente fazer esse juízo de valor, principalmente em uma situação tão complicada, né? Como o Deputado Hermeto falou, a Polícia Militar é uma polícia de excelência. É uma polícia que sempre trabalhou muito. Eu vi no dia ali pelas imagens. Eu falei da inteligência da Polícia Militar que viu os agentes de madrugada trabalhando, informando. Então, fica difícil dar um juízo de valor sobre o trabalho de outras áreas, de outras polícias, de outros órgãos. Até para não ser leviano em dar uma opinião antes de uma investigação, eu não tenho acesso às investigações. Eu saí de lá da secretaria, inclusive, com dois dias após os fatos. Eu acho, por exemplo, o interventor que ficou lá desde o dia que aconteceu até... Quantos dias a mais? Vinte dias, né? Eu acho que ele ficou até o final de janeiro. Ele pôde fazer uma apuração mais aprofundada de cada área da secretaria, de cada área da polícia. Se teve planejamento, se não teve. Se a inteligência trabalhou, se não trabalhou. Ele teve condições ali, no calor dos fatos, de ter essa primeira apreciação, esse primeiro julgamento, digamos assim. Então, eu acho que a gente deve se levar...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora leu o relatório do Sr. Cappelli?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Li, li. Então, eu acho que a gente deve se levar pelas conclusões dele por enquanto. Porque as investigações vão apontar aí várias outras, tanto as dos senhores, quanto as da Polícia Federal.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Porque eu acho que a intenção de nomear – imagino, obviamente, não nomear um Deputado como eu, que não era da área de segurança – para a Subsecretaria de Inteligência ou para a Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça é justamente a capacidade técnica de elaborar sobre segurança pública.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Então, eu pergunto, porque a grande pergunta, a pergunta que não quer calar desta CPI é: o que deu errado no dia 8?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – E a opinião da senhora, com certeza, seria uma opinião importante para esta comissão.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – O que eu posso dizer da parte estratégica, porque a secretaria faz um trabalho estratégico, né? Tanto a subsecretaria, quanto a SOPI, que é a Subsecretaria de Operações Integradas, quanto a própria Secretária Executiva e o Secretário de Segurança. E, assim, foi feito o PAI, acho que o Dr. Fernando já bateu nisso muito aqui. Foi feito o plano de ação. Cada um tinha suas obrigações ali. E é isso que tem que se apurar, se as obrigações foram ou não foram cumpridas e por quê.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A gente está num momento de muita disputa política no País. A senhora esteve na Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça, imagino que, de alguma forma, tivesse noção do tamanho, da dimensão dos problemas que nós estamos enfrentando neste momento. Eu vou chegar lá nas perguntas em relação ao dia 12 e à pós-eleição de 2022, mas, neste momento de disputa, muitas vezes, as nossas identidades se confundem. O Deputado Chico Vigilante perguntou se a senhora tem filiação partidária. A senhora não tem?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Nunca tive.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Nunca teve filiação partidária. A senhora se considera bolsonarista, parte do campo do Bolsonaro?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Olha, Deputado, eu acho que as minhas convicções políticas, assim, nunca interferiram, não interferem e nunca vão interferir no meu trabalho e não estão em questão aqui. Acho que...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Mas a senhora se considera bolsonarista?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu não, eu não me considero nada. Eu tenho o meu voto, né, que é secreto, né, como o de todos aqui. Então...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora já participou de manifestações nos quartéis-generais do Exército nesse período?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, jamais, jamais.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora participou de manifestações pró-Bolsonaro, ou participa, tem um histórico de participação?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, não, não, jamais.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Presidente, acho que eu escolho minhas perguntas, não é? A senhora já teve contato direto com o Bolsonaro?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu acho que eu o vi uma vez.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Só o viu uma vez. Está correto, obrigado. Presidente, eu vou terminar minhas perguntas, a Deputada Paula Belmonte fala em seguida.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Deputado Fábio Felix, V.Exa. está com a palavra, vai fazer as perguntas. A depoente tem o direito de responder ou não. Ela está...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Se não responder, é assim...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Muito obrigado, Presidente. E ela tem a advogada dela do lado dela, Deputada. Fica tranquila.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A advogada está orientando muito bem. Por sinal nem precisou de orientação ainda. A delegada é brilhante.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Não precisa de duas advogadas na sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Deputado Fábio Felix, prossiga com as suas...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Muito obrigado. Eu peço mais dois minutos a V.Exa., caso... Fui interrompido algumas vezes pela Deputada. Indo às perguntas sobre... Acho que é importante essa qualificação. Nós estamos num momento de muita disputa, e, às vezes, esses processos infelizmente se confundem. Fico feliz que a senhora tenha respondido que isso jamais confundiu ou ultrapassou barreiras e fronteiras no seu trabalho.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Inclusive, até ressaltando, sou delegada há quase dezesseis anos. Antes, trabalhei no Ministério Público sete anos, no STJ. Sou uma delegada de

carreira, né, uma servidora de carreira, não tenho nenhuma vinculação política, nunca fui uma pessoa política. Eh... enfim, sempre exerci meu trabalho com bastante técnica.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora coordenava todas as agências de inteligência no Ministério da Justiça, correto?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eh... na verdade...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Qual o trabalho, explique para nós qual é o trabalho da Diretora de Inteligência.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É de integração, de integração das agências de inteligência, porque todas as forças policiais do País têm suas agências de inteligência, e elas são ilhas, né? Ninguém conversa. O crime organizado, ele é todo organizado e conectado, e esse projeto do Ministério da Justiça é de conectar essas ilhas de inteligência para que se... se... é... se preparem e antevejam os problemas de segurança pública. Não faz investigação, não é uma inteligência policial, de crime, de... Mas é uma... uma inteligência que promove essa integração das agências.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Quais são as agências?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – São inteligências da Polícia Militar, são... são de cada uma, né, de cada estado, de cada município, de cada... Então é polícia militar, polícia civil, é da segurança pública, corpo de bombeiros, polícia penal e as secretarias de segurança com as suas agências também de inteligência.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Como Diretora de Inteligência do Ministério da Justiça, a senhora teve conhecimento de alguma conspiração, articulação golpista, para não se reconhecer o resultado das eleições de 2022?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não. O que eu via... A gente via na mídia, né? O quê? Os acampamentos.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Mas na inteligência, nada?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Na inteligência, não.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Nunca chegou nada?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – A gente não... não... não acompanhava isso, né? Acompanhava o que estava acontecendo no País. Por exemplo, dos bloqueios que o senhor mencionou aí, onde estavam, as informações de números, de quantidade, a gente acompanhava. Não investigava.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Então, a inteligência não agia ou mapeava informações sobre a questão dos bloqueios que aconteceram no País logo depois das eleições?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Acompanhava. Sabia quantos tinham.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – E fazia o quê?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Informava, né? Fazia com que as agências conversassem e agissem em cada secretaria de segurança – "Ó, tem tantos bloqueios; PRF, tem que ir lá e desfazer" – para que os operacionais pudessem agir.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora, da cúpula do Ministério da Justiça, teve notícia, informação, conhecimento de algum mecanismo, instrumento legal escrito, por escrito, para não reconhecer o resultado das eleições de 2022?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – De forma alguma.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora teve contato com aquele documento divulgado amplamente pela imprensa que era uma tentativa de decreto de estado de defesa no Tribunal Superior Eleitoral?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – De jeito nenhum. Soube pela imprensa.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Está certo.

A senhora teve notícia de alguma ação, planejamento, no Ministério da Justiça depois das manifestações do dia 12 de dezembro?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Então, lá a gente acompanhou. Eu estava até de férias nesse dia 12. Então, eu não estava exercendo o cargo. Mas a Diretoria de Inteligência acompanha todos os eventos de segurança pública que acontecem no País. Não como a secretaria aqui do DF. Então, eu acho que, sobre o dia 12, o pessoal que estava na secretaria vai saber dizer melhor sobre os fatos relacionados.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Está certo.

No depoimento prestado à Polícia Federal, o seu ex-chefe no Governo do DF, Sr. Anderson Torres, disse que não recebeu informações da Diretoria de Inteligência sobre os atos golpistas e que recebia repasses apenas de informações identificadas como estratégicas da área de inteligência.

Então, ele falou que não tinha as informações, todas as informações, mas só aquelas estratégicas, né?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É o nosso papel, né?

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Então, a senhora só... Então, ele só tinha notícia das informações estratégicas. Ele não tinha esses repasses que a senhora chamou de fração, né?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É. Tinha de frações... As frações eram nesse grupo em que ele estava. Então, essas frações de inteligência, que são retratos do que está acontecendo naquele momento ali. Então, isso, ele estava no grupo.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora acha que a ausência dele do Distrito Federal, como ele estava viajando para os Estados Unidos, gerou uma falta de comando central da Secretaria de Segurança Pública do DF?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu não sei, porque eu acho que ele estava de férias, né? Se considerava de férias.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Não. Ele entraria de férias no dia seguinte.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É. Mas ele se considerava de férias. Então, eu não sei se ele – entendeu? – de fato, ele confiou que o Dr. Fernando estaria lá, exercendo as atribuições. Eu não sei dizer. Isso realmente eu não falei com ele.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Então, a senhora acha que não tem nenhum impacto a ausência dele aqui?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É... Eu não sei responder. Realmente não... não... não está na minha alçada.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – De quem foi a definição de que o monitoramento das movimentações golpistas não era informação estratégica? Essas frações? Teve essa definição? Não? Todas as informações eram repassadas por esses grupos que a senhora citou.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Então, não teve essa definição.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É... Eu fico de lado e acabo esquecendo. Desculpa. É... essas frações eram um produto que a subsecretaria fazia de todas as informações que recebia, tá? O que era relevante e mais estratégico. É que é a nossa função. Então, as informações, os detalhes, as informações de inteligência, as agências de inteligência faziam pros seus... suas áreas operacionais, seus tomadores de decisão: Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiro, DER, DETRAN. Cada um fazia a sua... a sua... o seu trabalho de inteligência interno. Entendeu?

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Hum-hum. Tá certo.

Na última quinta-feira, a gente teve aqui a oitiva – imagino que a senhora tenha acompanhado, ouvido depois – do Sr. Fernando, que era o secretário executivo.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Ele disse para nós que não respondia pela secretaria no dia, porque só responderia, oficialmente, a partir da segunda-feira.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Foi a informação que ele trouxe para nós. Ele trouxe uma série de informações a esta comissão parlamentar de inquérito, e ele nos trouxe uma informação que eu queria confirmar... (Pausa.)

Ele nos trouxe uma informação que eu queria confirmar com a senhora.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum?

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora teve notícia de que, quando a Polícia Militar do Distrito Federal efetuaria prisões, após a manifestação do dia 8 de janeiro, ali no Eixo Monumental, chegando ao Quartel-General do Exército, ela foi impedida pelas forças do Quartel-General do Exército, das Forças Armadas? A senhora teve alguma notícia sobre isso?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Da prisão ou da... do retorno dos manifestantes pro quartel?

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Os manifestantes retornaram para o quartel, e aí a Polícia Militar ia entrar – ele deu essa informação para nós – para efetuar prisões daqueles que estavam dentro dos prédios públicos, e aí eles foram impedidos, inclusive, com blindados... Essa informação é até pública...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É, eu não tinha essa informação.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Você teve essa informação oficialmente?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Não teve. Eu acho que é importante para a gente entender.

Voltando um pouco à questão do seu papel no Ministério da Justiça. A Diretoria de Inteligência do MJ, a senhora já lá, teve alguma informação de participação de agentes do Estado como organizadores de manifestações golpistas na porta dos quartéis generais? Teve informações que chegaram para você? Membros do GSI? Membros de outras...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não. Lá também era mais estratégico. Então, a gente não acompanhava alvo, pessoas e tal. Era só: há tantas manifestações à frente de quartéis.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sempre generalistas.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É mais isso. É uma informação mais estratégica. As polícias, sim, que fazem essas mais... de acompanhar os...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Então, a senhora não tinha informação sobre a tentativa de bomba nas regiões próximas ao aeroporto...?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Tem a informação do fato em si do... do... pra ser... pra... pra passar pras... pra... pro tomador de decisão, mas não os detalhes, eh... nomes, investigação.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Eu tenho muita dúvida sobre o trabalho da inteligência, assim.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim, sim.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Fica parecendo, para a gente que está assistindo, um pouco cartorial, assim, vocês pegam as informações e repassam. Essa é a impressão que está me passando. Eu não sou da área de segurança.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – A-ham.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Mas fica me passando, eu repassei as informações no grupo de WhatsApp. Eu repassei... fica essa impressão para mim, não é, de forma alguma, algo desrespeitoso, mas para nós que estamos assistindo...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim, sim.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Eu não sei se é a impressão dos demais Deputados, é algo um pouco cartorial. Vocês não tratam essas informações... vocês não falam: "Olha gente, isso aqui é sério, é grave, nós temos que combater, temos que enfrentar, nós temos que acionar forças especiais, temos que avisar o governo..."

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sei, sei.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Como é?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Então, no relatório de inteligência, foi feita essa análise, né, mais completa. Durante uma crise, um evento como esse das manifestações, a informação, ela tem que chegar rápido, não adianta eu fazer um... um relatório de trinta páginas e mandar no meio do... do..., né? Então, assim, por isso, hoje, a inteligência, ela se comunica de uma forma rápida, de uma forma... ela tem o objetivo de quê? Principalmente, a da secretaria, né? Eu posso falar por lá, de informar o gestor, o tomador de decisão o que tá acontecendo, e aí você vai tomar a sua decisão. Eh... e essa questão de grupos é porque ela tem que chegar rápido, ela tem que chegar o mais abrangente possível, ali, pras agências que estão envolvidas, pros órgãos, para que eles possam agir.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Então, a senhora não faz juízo de valor? Indica uma ação: "Gente, neste momento a coisa está esquentando".

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Naquele momento ali...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Porque a gente consegue entender todo mundo falando, até o momento em que os ânimos estão tranquilos, aí todo mundo, "ânimos tranquilos, ânimos tranquilos", mas na hora que o trem esquenta ou que vai esquentar, parece que ninguém percebeu, e aí um segmento, hoje, é a..., que é o segmento que está na ponta, agora, ninguém percebeu quando – não sei se é latim – quando o ânimo vira?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Na verdade, foi difundido, né? Assim no... no dia 7, por exemplo, essas... essas observações que... que... que estavam nas frações, oh: "Há uma percepção de que os manifestantes que chegaram no acampamento" – esses que chegaram naquele dia – "estariam com ânimos mais exaltados e dispostos a confronto com as forças de segurança". Isso foi falado várias vezes. Então, é tudo um contexto, né? Se, naquele momento, não tá; no outro, tá, então, isso tudo tem que ser analisado pelo... pelo tomador de decisão e pelas áreas operacionais.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A inteligência mapeia se o quantitativo de policiais que estava observado no planejamento vai ser executado, está sendo executado?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Desculpa, Deputado, não...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A inteligência mapeia se o quantitativo de policiais designado no planejamento está efetivamente na rua?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, não. Isso não é parte da inteligência, não.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Então, vocês não têm esse tipo de informação?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, não, não, não.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Está certo.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Operacional.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Ah. A senhora quer falar alguma coisa?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora disse agora há pouco, na pergunta do Deputado Chico Vigilante, que, sábado à noite, ainda não se sabia se os manifestantes desceriam ou não para a Esplanada. Só uma pergunta prévia em relação a isso: vocês já acompanhavam que os manifestantes falavam em códigos? Vocês já tinham essa informação?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não tenho... não... eu não...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Que era a festa da Selma.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Ah, na convocação, nas convocações. Isso antes, nas redes sociais.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Então, sábado à noite...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Lá não, lá eu não tive essa informação.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A impressão de vocês era que eles não desceriam, ou tinha dúvidas? A senhora falou.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Tinha dúvida, tinha dúvida, porque uma parte falava que sim, outra que não. Parece que não tinha uma coordenação única, efetiva. É um negócio meio difuso, sabe?

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sim.

Nas manifestações, e em várias manifestações anteriores, não foi autorizado descer para a Esplanada. Então, a gente via que, como o momento era de muita tensão, não estava autorizado descer para a Esplanada.

E, aí, eu queria saber da senhora, porque, no dia 7 de janeiro, foi publicada pelo portal *Metrópoles* e pelo *Correio Braziliense* uma entrevista com o Governador Ibaneis Rocha, em que ele fala: "A Esplanada está livre para toda manifestação pacífica. A Esplanada estará livre para toda manifestação pacífica". As manchetes foram públicas. A senhora sabe quem definiu que a Esplanada estaria livre e aberta para essas manifestações nesse dia?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso aí é mais com a área operacional, com a SOPI, com o Dr. Fernando, com o secretário executivo. Eu, realmente, não sei te dizer. O que eu sei é que a... a... a... Praça dos Três Poderes tava fe... não poderia passar, né? Dali não podia passar, isso estava no PAI. Não podia acessar a Praça dos Três Poderes.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Então, era até as bandeiras.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso. Ali ninguém podia passar. Isso era o que estava no PAI. E... e, na Esplanada toda, não podia passar camin... eh... ônibus...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Estava fechada para carro.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Para carros... automóveis...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Essa informação a senhora tinha?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora se comunicou diretamente com o governador?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não... não.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora se comunicou no domingo...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Com o meu chefe só.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora se comunicou no domingo com o ex-Secretário Anderson Torres?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Só com o secretário...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Executivo, que era o meu chefe imediato.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Está certo.

A gente teve informação que diversos... pelo menos sete comandos operacionais da Polícia Militar responsáveis pelo policiamento tinham comandantes de férias. A senhora tem alguma informação de quem autorizou essa debandada geral?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não tenho informação nenhuma, não conheço nenhum deles, não tive... não tenho nenhuma... contato com eles, nem... nem quem autoriza.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Está certo.

O Deputado Hermeto trouxe essa questão sobre os comandos, o detalhamento dos comandos da Polícia Militar. Mas eu queria só reforçar uma questão: a senhora participou da reunião de planejamento?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, de sexta-feira, não.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Da reunião de sexta-feira, a senhora não participou?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não participei. Eu tinha conversado com a Coronel Cintia na quinta, já passado as informações pra ela, mas, na reunião, não participei.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora participou de alguma reunião de planejamento, de prevenção para essa manifestação?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, com... com a externa não, só na... na subsecretaria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Só na subsecretaria com a equipe interna.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso... isso.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – E a equipe da Subsecretaria de Inteligência é basicamente quem?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É... são três coordenadores, são três coordenações, e alguns agentes abaixo.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora poderia dizer para nós quais são essas coordenações?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Coordenação de inteligência, coordenação de contrainteligência e coordenação de assuntos institucionais. E não troquei ninguém, permaneceram as mesmas equipes.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Todos eram da equipe já anterior, que estava colocada.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso. E que trabalharam muito, inclusive. Me ajudaram, me auxiliaram muito.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Está certo.

Eu tenho muitas dúvidas. A senhora explicou para nós um pouco que tem grupos de WhatsApp.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – E eles tinham objetivos, não é? A gente ouviu pela imprensa – e também o ex-secretário executivo Fernando trouxe para nós – que tinha dois grupos: Perímetro e Difusão. É isso?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – A-ham.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A senhora estava nos dois grupos.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – E qual era o objetivo de cada?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – O Perímetro era da parte operacional, era coordenado pela SOPI, que é a Subsecretaria de Operações Integradas, e que era para acompanhar ali, *in loco*, o que que tava acontecendo. Imagens... Ali tinha muito vídeo, imagem, informação dos agentes da PM sobre placas, sobre tudo. Era todo um monitoramento é... quase *on-line*, ali, do que tava acontecendo. E o Difusão era um grupo de inteligência, que era pra... onde eram postadas as frações...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – O repasse das informações.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – ...para que os... os... hierarquicamente superiores tivessem acesso às informações.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A Subsecretaria de Inteligência, em algum momento, orientou ou sugeriu aos gestores a convocação de mais forças federais, ou do Exército, para atuar logo depois da crise?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Essa não é a responsabilidade da inteligência. Aí, realmente, é uma decisão da SOPI com a secretaria executiva.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Mas a senhora disse que a inteligência faz recomendações. Para além do mapeamento de informações, do recebimento de informações e compartilhamento, faz recomendações.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Na verdade, eh... A gente acompanha os fatos. A gente acompanha e informa. O que a gente recebia... Eu recebia informações, assim como o Dr. Fernando falou aqui, é de que o policiamento tava reforçado. Nesse grupo perímetros, a todo momento, tava lá: "Policiamento acompanhando", "Policiamento reforçado", "Tem policiais em tal lugar". Nunca falava em quantitativos, mas falava que tava suficiente. Então, pra mim, pra todos lá, tava tudo sendo acompanhado. Mas essa, realmente, não é minha função – não era a minha função, né?

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Eu tenho duas perguntas finais aqui – faltam dois minutos e trinta. Vou perguntar para a senhora, primeiro, qual foi a última vez que a senhora falou, nesse contexto da Secretaria de Segurança Pública, até o dia 9 de janeiro, qual foi a última vez que a senhora falou com o ex-secretário Anderson Torres?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Ah, eu falei... Ele me telefonou no dia... Os fatos foram domingo, ele me telefonou na segunda-feira, salvo engano, à noite.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – No dia 9.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Que foi para questionar? O objetivo?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É, pra falar. Tava com a voz muito abalada, né, muito chateado e... "Nossa, tal... O que aconteceu?". Foi assim, bem rápido. E... só isso.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Para questionar.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Tava bem, bem, bem abalado.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – A gente percebe assim essa... Uma última pergunta, Sr. Presidente. A gente percebe essa... Estamos tentando compreender um pouco esse papel da inteligência...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – ...no processo de planejamento, até para que as forças operacionais tenham condições de executar.

Também tem um processo de conflito que a gente vive, enorme, no País, em relação às disputas, à disputa política que está colocada. E a gente viu que houve um incentivo. Não houve reconhecimento do resultado das eleições; houve um incentivo enorme ao que aconteceu, aos atos golpistas, pelo País. E esse processo de monitoramento vem de antes.

A senhora assumiu a Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça, e acho que foi logo depois de uma crise, não é? O Ministério da Justiça do Governo Bolsonaro tinha uma espécie de polícia política, que servia para monitorar alguns opositores que cometeram alguns crimes. A gente teve essas informações, porque teve aquele escândalo do dossiê antifascista. Não sei se a senhora teve notícia desse escândalo.

Teve algum desdobramento depois, do Ministério da Justiça, em relação a esse monitoramento? E o perfil de monitoramento que era feito era parecido, já pela senhora, na diretoria? Ou não?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não. Não, eu cheguei depois, né? E, já para se evitar eh... o que aconteceu ali, eh... o trabalho era muito técnico. É justamente o que eu tinha mencionado um pouco antes, a gente não acompanhava pessoas.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Antes tinha acompanhamento de perfil.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É, ali a gente...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Depois foi feito o dossiê antifascista. Agora não teve o acompanhamento de perfil golpista.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não. Pessoas... Não só de... Desde antes. Qualquer coisa, de qualquer assunto, era um acompanhamento de segurança pública de... de... eh...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Eu falo isso pelo escândalo anterior, do dossiê antifascista.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É, já pra evitar qualquer... Esse tipo de coisa. Por isso que não acompanhava pessoas em tal lugar ou, não... E sim a situação...

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Entendi. Muito obrigado.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – ...que tinha impacto na segurança pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Eu ainda tenho nove segundos, Sr. Presidente, mas tudo bem. O senhor está ansioso para o meu tempo acabar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Não, Deputado, não estou, não. Só quero que a CPI produza e encontre o objetivo dela, que é chegar aos financiadores, chegar aos promotores. É esse o nosso objetivo. E acho que a participação da senhora está sendo importante para que a gente possa alcançar o objetivo da CPI. A CPI aqui é apartidária. Ela não discute ideologia. Mas nós queremos chegar efetivamente a quem promoveu aquela barbárie aqui no Distrito Federal. A senhora, como brasiliense... Aquilo envergonhou a todos nós, e eu tenho certeza de que a senhora também ficou envergonhada com aquilo tudo que aconteceu.

Deputado Pastor Daniel de Castro, atendendo aquela reivindicação de aumentar o tempo, V.Exa. terá 25 minutos, mas, se puder terminar antes dos 25, eu agradeço.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou tentar que seja antes dos 25, mas, se eu chegar aos 30, V.Exa. tenha complacência comigo.

Na verdade, ficar quase que por último nas perguntas complica um pouco mais porque a gente vai vendo o nível das perguntas, como elas se encaixam e vão batendo. Então, provavelmente, eu vou tentar suprimir algumas, doutora. Eu não consegui ticar quais vão batendo. Muitas vão, mas, se porventura tiver alguma que V.Exa. já tenha respondido, fique à vontade de sentir... Se quiser responder, bem, senão, não tem nenhum problema, não. Estamos aqui, na verdade, para buscar a verdade real.

A gente está diante... Tem esse sentimento que o Deputado Fábio Felix trouxe para nós. Eu conheço um pouco de segurança. Não conheço muito, mas já fui da ESNI. Sou formado pela Academia da Polícia Civil também, mas acabei militando no Direito. Mas parece que a gente sente que a inteligência é extraordinária, sabe tudo. Sabe tudo porque os agentes estão na ponta, estão infiltrados – a gente sabe disso –, quer ser... A polícia nossa? É uma polícia...

Nós estamos diante de fatos que... no dia 1º, no dia 1º de dezembro, de janeiro, poderia ser talvez o dia mais emblemático. Era a posse do presidente eleito, o Presidente Lula. O País dividido, o entesamento forte, politicamente falando – e, em política, todos os cargos em comissão são cargos de indicação política, querendo ou não. Parabéns à senhora porque esses cargos, mesmo que de indicação política, passam pelo crivo técnico, e, pelo currículo de V.Exa., é extremamente técnico.

Mas todo mundo sabia. Uma posse extraordinária, segurança total, quase nenhum incidente. Só que todo mundo sabia o que ia acontecer no dia 8. Isso foi programado, foi projetado, foi divulgado. Os manifestantes faziam divulgação em *lives* "Estamos indo para Brasília tomar os Poderes". E a inteligência sabia disso.

O *G1,* em uma entrevista de V.Sa. no dia 4 de fevereiro, fala assim: "Ex-Subsecretária de Inteligência do Distrito Federal diz à Polícia Federal que segurança e órgãos federais sabiam de movimento de bolsonaristas dias antes dos atos terroristas". Isso é verdade? Procede? Esses órgãos sabiam?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Então... O que eu disse no meu depoimento foi o que eu acabei de dizer pro Deputado Fábio Felix: o grupo perímetros, ele tinha representante de todos os órgãos que estavam no PAI. Então, vários órgãos federais, né? Então, era o MRE, Senado, Câmara, Supremo, os órgãos do DF, DER – DER é federal –, DETRAN... Todos os órgãos estavam ali, e, nesse grupo, foi acompanhado cada chegada de cada ônibus, cada placa, cada... Assim, todas as informações ali... Não era um grupo especificamente de inteligência, mas a inteligência municiava de informações esse grupo. Então, todos estavam ali. Foi isso o que eu disse. É porque a imprensa já puxa o...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não, mas a senhora, como a subsecretária da pasta da inteligência e todos esses órgãos sabiam dessa movimentação?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim, sim, sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – V.Sa. recebeu informações e relatórios dos setores de inteligência desses órgãos, como a ABIN – Agência Brasileira de Inteligência, PM – Polícia Militar, Polícia Civil, Exército, STF – Supremo Tribunal Federal, Câmara, Senado?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu recebi do Supremo, recebi da Abin.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Por escrito?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Antes, né? Recebi antes. Durante, a gente fez um grupo de inteligência, e todo mundo trocou informações.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Esse relatório veio por escrito para a secretaria ou para a sua pasta, para a sua subsecretaria?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Veio pra mim. Veio pra mim, especificamente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, eu gostaria de requerer, então, que esses relatórios viessem a esta Casa, a esta CPI, *ok*? Fica registrado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está deferido o pedido de V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Muito obrigado.

V.Sa. foi informada sobre o afastamento do Secretário de Segurança Pública titular, Anderson Torres, para gozo de férias?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Deputado Pastor Daniel de Castro, eu vou deferir o pedido de V.Exa., mas é preciso ficar claro que relatório de inteligência tem sigilo. Portanto, ao chegar a esta Casa, ele vai ficar sob a guarda do Delegado Dr. João e tão somente dele.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Com acesso aos membros da CPI, não é? Aos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Deputados não terão cópias.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não. Não estou falando de cópia. Acesso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Acesso, com o compromisso de não vazar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Se vazar...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É crime, é crime.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Eu quero alertar tudo isso, porque eu já participei de outra CPI importante. Participei de CPIs no Congresso Nacional. Vazamento de documento oficial que não pode ser vazado dá cassação de mandato.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pronto!

Vou repetir a pergunta que eu fiz aqui, doutora: V.Sa. foi informada sobre o afastamento de gozo de férias do titular da pasta, o Secretário Anderson Torres?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu fui, acho que na quinta-feira, salvo engano.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A senhora foi informada na quinta-feira?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Acho que sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Oficial ou extraoficial?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não... Lá na secretaria. Não sei se ele falou ou o Dr. Fernando. Não me recordo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – V.Sa. participou da reunião do dia 6 de janeiro? E quem mais participou? Foram informadas ao Secretário de Segurança as informações da inteligência?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – No dia 6, de manhã, eu não participei dessa reunião, eu falei pro Deputado Fábio. Foi uma reunião convocada pela SOPI com os demais órgãos. Então, dessa reunião, eu não participei. Eu tinha conversado com a Coronel Cintia no dia anterior e passado algumas informações. Ela também tinha outras informações de inteligência – eu acho que da Polícia Militar, de outras agências – e aí ela fez a reunião.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, eu vou fazer umas perguntas. Eu sei que elas podem ser repetitivas, mas eu quero extrair, porque fica esse sentimento da hierarquização.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – V.Exa. tem 25 minutos. Já gastou 5. Faça as perguntas que o senhor achar necessárias, e tem liberdade para fazer. Ela vai responder o que...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Muito obrigado, Presidente.

V.Sa. recebeu orientação do Secretário titular Anderson Torres sobre procedimentos a serem executados para os eventos programados naquele final de semana?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não. Não com ele. Eu... Eu conversei muito com o Fernando, que era o meu chefe imediato. Eu era subordinada ao secretário executivo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – V.Sa., após informação da inteligência, solicitou reforço da Segurança Nacional ou da Polícia do Distrito Federal para as ações do dia 8? Se sim, quais solicitações?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Essa... Essa não era a minha função, como Subsecretária de Inteligência. É importante, eu não sei, ressaltar que teve um relatório de inteligência do dia 6, né?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Isso.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – E foi bem completo, foi na sexta à tarde.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*.

V.Sa. teve conhecimento, através da Subsecretaria de Inteligência, se a PM tentou, na gestão passada – em novembro, dezembro de 2022 –, ou no início da gestão – em janeiro de 2023 –, desmobilizar o acampamento próximo ao QG? Se sim, por que não foi desmobilizado? Houve algum impedimento por parte de alguém?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É, isso aí foi antes de mim, mas eu... Eu ouvi dizer que tava tentando, sim. Acho que até o Dr. Fernando mencionou isso aqui. A Polícia Militar tentou, sim, desmobilizar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Antes de V.Sa. foi em novembro, dezembro.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Foi antes, né?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas em janeiro. Em janeiro, V.Sa. já estava no...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Já tava. Não, eu... é. Dia 3, dia 4.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Então? Houve?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim. Eu acho que foi bem durante a semana, né? E acho que, junto com o Exército, eles tavam tentando tirar, e conseguiram, né? Várias... Acho que no dia, mesmo, na sexta-feira, só tinham trezentas pessoas no... no acampamento.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – No dia 7 de janeiro, o Ministro da Justiça assinou a Portaria nº 272/2023, autorizando o uso da Força Nacional nos dias 7, 8 e 9, em virtude de informações sobre manifestações hostis na rodoviária e na Praça dos Três Poderes. V.Sa. sabe informar se foi utilizada a Força Nacional?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Extraoficialmente, eu sei que a Força Nacional estava lá, no prédio do MJ e da Polícia Federal. Eu acho que foi o Dr. Fernando que falou isso depois.

Eu não... e, aí, eu não... não tenho essa informação precisa. Não é minha área. Essa parte operacional não é... não é a minha área.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – De acordo com relatórios, V.Sa. estava ciente do deslocamento dos manifestantes do QG para a Esplanada dos Ministérios? Se sim, não houve avaliação dos riscos para que houvesse uma proteção adequada do local?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eh... A gente teve a confirmação que eles iam descer no próprio domingo, né? De manhã, foi informado pra todo, todos os órgãos, que ia haver essa descida, e cada um tinha que adotar as suas... as suas obrigações, ali, quanto à descida. É importante ressaltar que, durante o início da descida dos... dos manifestantes, houve as informações de que tavam descendo de forma tranquila, né – como o Dr. Fernando falou aqui antes do áudio que ele enviou pro governador –, acompanhados de policiamento, a polícia acompanhando. Essas informações tem nesse grupo a todo o tempo. Mas, a partir de uma e meia da tarde, mais ou menos, começaram a chegar as informações de que pessoas portando estilingues foram localizadas. E, aí, era postado no grupo, e a própria Polícia Militar já... já fez apreensões, já levou pra delegacia da Polícia Civil. Os órgãos que estavam no grupo já atuaram diante dessas informações que começaram a aparecer de ações adversas, de intenção de ações adversas. Então, a partir de uma e meia – acho que até o relatório do interventor menciona isso, de uma e meia –, mais ou menos, até duas e meia, quando foi a primeira contenção, várias pessoas foram abordadas na descida, ali, portando itens de.. de... que indicavam atos de alguma violência. E isso tudo foi difundido, e todo mundo teve ciência disso no grupo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A principal função de V.Sa. era o assessoramento do Secretário de Segurança nos assuntos de inteligência, o que é realizado por meio de produção de conhecimento específico.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O Secretário de Segurança Anderson Torres estava ciente de todos os relatórios?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eh... Ele tava ciente de todas as frações de inteligência. O relatório de sexta-feira eu entreguei pro meu chefe imediato, que era o Dr. Fernando, né?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas V.Sa. tem ciência se isso subiu? A senhora vai para o secretário executivo para ir para o secretário?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu não sei se nesse momento o Dr. Anderson já, já tinha saído de férias. Eu não sei especificar pelos horários. Realmente eu não sei te dizer. Aí só o Dr. Fernando poderia dizer.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Cada dia aqui, cada depoimento, Presidente, mostra a necessidade de nós ouvirmos o ex-Secretário de Segurança.

V.Sa. sabe se ele informou o governador sobre o planejamento e a coordenação de todas as atividades de inteligência?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Quem? O Dr. Anderson?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, o Dr. Anderson.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não sei dizer.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*. V.Sa. gerenciou o plano operacional de operações integradas, bem como de outras unidades?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não. Não era minha área.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O Secretário de Segurança Anderson Torres estava ciente de todas as ações a serem realizadas no dia 8 de janeiro?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Ele tava lendo as frações de inteligência que tavam no grupo. Não sei se ele tava lendo porque ele estava de férias. Então, eu não sei. Aí é só com ele. Isso... Verificar com ele.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O relatório de inteligência feito na tarde de sexta-feira foi pautado, como a senhora disse, na possibilidade de mobilização e manifestação de manifestantes em ônibus que estavam em deslocamento. Acontece que, como dito à noite, a ANTT confirmou os rumores informados, inclusive dizendo da quantidade: 43 ônibus...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – E 1.622 passageiros nesses ônibus, manifestantes nesses ônibus. Após a informação oficial, a Secretaria de Segurança incrementou algo no relatório da inteligência elaborado à tarde ou alguma outra ação foi proposta e tomada a respeito dos dados da ANTT?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É. A gente... O relatório foi uma primeira informação baseada nas redes sociais, nos grupos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Perfeito.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Quando começaram, quando teve a confirmação da ANTT, começou a... a... toda a secretaria, não só a inteligência, acompanhar a chegada dos ônibus. Onde estavam, quantos eram, eh... aonde está, eh... pra onde estavam indo, como é que tava o acampamento, eh... montaram tantas barracas. Eh... Na Esplanada, tinha gente ou não tinha. No Hotel Meliá, onde tava o, o Presidente Lula, tava reforçado. Todas essas informações foram monitoradas e feitas, né? Realizadas e informadas pra todos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Houve diálogo a respeito do compartilhamento de informações entre a Secretaria de Segurança e o Ministério da Justiça?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – O Ministério da Justiça estava no grupo da...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Se estava presente no PAI.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Se tava no PAI? Agora eu não sei te dizer se tava no PAI. Eu acho que sim, mas tava no grupo de inteligência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Quais órgãos federais receberam o relatório de inteligência desenvolvido e assinado pela senhora?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – No de sexta-feira apenas o tomador de decisão da secretaria. Apenas a SOPI e o secretário executivo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O relatório posterior também tem assinatura?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não. Os demais eram frações de inteligência que foram postadas no grupo, e tinha um grupo de inteligência que essas frações também eram postadas em troca de informações com todas as agências.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, eu acho que eu consegui minimizar o meu tempo porque eu bati muitas perguntas, são muito parecidas. Eu agradeço a V.Sa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, perdão. Desculpa, porque tinha uma pergunta. Deixe-me fazer a última pergunta aqui ainda dentro do meu tempo.

Em razão da experiência profissional de V.Sa. e diante das informações que porventura a senhora possa ter conhecimento, a senhora pode informar, com alguma margem de certeza, que o grupo envolvido na invasão dos prédios do Supremo, do Congresso Nacional, do STF e do Palácio do Planalto é o mesmo grupo que estava acampado em frente ao QG?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, não se pode afirmar. É... Não, não tem, não tem como afirmar se era o mesmo, se eram... Se eram exatamente as mesmas pessoas, eu não sei... A gente sabe que os que estavam...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Doutora, nós estamos falando de inteligência.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Tudo monitorado. Inteligência de todos os órgãos. Essa inteligência não é capaz de distinguir quem era QG? Porque no QG tinha sessenta e

tantos dias que eles estavam manifestando. Nós tivemos esses problemas, chegam 1.622 manifestantes de fora de Brasília. Esse grupo se une, se funde e vão. A inteligência não sabe?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – A inteligência não tem, assim, a gente sempre fala isso até na inteligência, Deputado, o senhor vai até me desculpar pelo termo, mas não tem uma bola de cristal, a gente acompanha os fatos. A gente viu as pessoas... É... O que foi...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas, só um minutinho. Tinha gente presencial, não é bola de cristal. Tinha gente presencial da inteligência infiltrado no meio deles.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – O que a gente sabe e foi acompanhado é que pessoas do QG desceram para a Esplanada, como eu falei aqui, passo a passo, inclusive, acompanhados com a Polícia Militar e tal. Agora, se as pessoas que depredaram, se as pessoas que estavam lá, se todas as pessoas que estavam lá vieram do QG, isso não é possível afirmar. Podem ter vindo de outros lugares de Brasília. Podem ter vindo de vários lugares.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Deixa eu tentar ajustar mais a pergunta. Ainda há pouco V.Sa. falou que no QG, mais ou menos, tinha ali umas trezentas ou quatrocentas pessoas e chegaram 1.622 pessoas.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – No total 5 mil.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – De fora?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso. Mais ainda. Chegaram mais.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pois é. A pergunta é: dá para distinguir, entre aqueles que estavam lá, esses quatrocentos e pouco aí? Não é tão difícil, na inteligência, em filmagem, na infiltração?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não dá para saber, Deputado, principalmente porque isso é na investigação que eles vão, eles vão individualizar as condutas. Após os fatos, inclusive, eu... Quando aconteceu a depredação, quando o negócio já estava feito, a orientação da inteligência foi filmar, pegar todas as fotos, filmagens e passar para as polícias. Aí, sim, as polícias vão individualizar, ver quem estava, quem não estava, ver redes sociais. É isso que acabou... Que está sendo feito, acredito, no inquérito.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado. Satisfeito. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Passo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. V.Exa. disporá de até 25 minutos.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, o bom de falar por último é que...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Ainda não é o último.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Ahn?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Ainda não é o último.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Então, o último vai estar melhor ainda, porque, com a proficiência do Relator e do Presidente, a gente acaba ficando ao final com o preparo das perguntas e acaba ficando com poucas perguntas. Eu, praticamente, tinha algumas perguntas e farei apenas duas, porque me dou por atendido em relação ao que foi inquirido aqui até este momento.

Eu queria saber da ex-subsecretária se ela tinha conhecimento da viagem de férias do então Secretário Torres, antes e durante, até os acontecimentos?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu tive conhecimento – eu até já falei –, acho que na quinta-feira, que ele iria viajar de férias. Só isso.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – A senhora sabia também que o Sr. Fernando de Sousa Oliveira, que era o Secretário-Executivo, como hoje chamam o antigo secretário adjunto, o substituto direto, estava no comando da secretaria no 8 de janeiro de 2023?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim. Ele era o meu chefe imediato, né? Então, eu me reportava necessariamente a ele, antes de tudo.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Quais seriam essas atribuições na subsecretaria? Eu sei que V.Sa. mencionou, mas é só para que eu possa confirmar em relação a essas atribuições da Subsecretaria de Inteligência em que V.Sa. foi a subsecretária titular da época.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim. São várias as atribuições, mas as principais é o assessoramento estratégico do secretário, através do meu superior, que era o secretário executivo; e uma outra atribuição importante é a integração das agências de inteligência para que flua a informação no Distrito Federal, então, do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal. Então, essa integração das agências de inteligência para que elas conversem, para que elas troquem informações, é uma das atribuições da subsecretaria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Por fim, também, reforçando – eu creio que também tenha sido abordado –, quais seriam esses procedimentos padrão que não foram cumpridos, ou atendidos, que ocasionaram a invasão e depredação dos órgãos da Esplanada? Teria como reforçar o que eventualmente foi dito respondendo outras perguntas dos Parlamentares?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É difícil... Como eu falei antes, é difícil eu emitir juízo de valor sobre outras áreas aí... Quem fez, quem não fez... Até porque isso vai ser objeto... Está sendo objeto de investigação, de apuração, tanto daqui quanto da Polícia Federal, da Polícia Militar. O que eu posso... Assim, eu até citei que o... Quem tem... A primeira... A primeira autoridade que teve condições de avaliar isso de uma forma mais próxima foi o interventor, que... ele ficou vinte dias ali na secretaria. Chegou no dia dos fatos, do calor dos fatos mesmo. Ele chegou para resolver, ajudar ali a resolver. E o relatório dele é bem interessante nesse ponto. Ele aponta algumas questões e ele conclui inclusive que a inteligência... as informações fluíram, as informações chegaram, né? É o que eu posso responder dessa pergunta.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, eu estou satisfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Deputado Robério Negreiros.

Concedo a palavra à Deputada Paula Belmonte, por até 25 minutos. Em deferência ao Dia Internacional das Mulheres, V.Exa. está com a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, estou muito grata pela gentileza. Grata ao Deputado Gabriel Magno.

Aproveito a oportunidade para agradecer aqui a todos vocês. Nós fizemos uma sessão solene ontem muito bonita. Quero registrar aqui, Deputado Chico Vigilante, que, para a data dessa sessão solene, fora feito um requerimento da Deputada Jaqueline Silva. O dia estava reservado para ela, mas ela teve a generosidade de compartilhá-lo com a nossa bancada feminina e foi uma sessão altamente prestigiada. Sou muito grata pela oportunidade de fortalecer mais a nossa bancada feminina.

Nós temos aqui hoje uma depoente, uma advogada, e nós precisamos fortalecer cada vez mais isto: o lugar da mulher é onde ela quiser. Como eu mesma disse naquela audiência pública: uma das minhas homenageadas foi minha mãe, que é dona de casa. Ela gosta de ser, e a gente tem que respeitar, como também existem doutoras. Então, eu acho que é muito importante nós as valorizarmos.

Dra. Marília, eu vou ser repetitiva, não tenho preocupação. Nós estamos aqui em uma CPI, e é importante... A senhora, que é delegada, sabe a importância de nós repetirmos e repetirmos para que possamos entender algumas perguntas.

Vejo que nós temos aqui, como foi dito pelo Presidente Deputado Chico Vigilante, uma CPI apartidária. Por isso, o respeito, independentemente de qualquer coisa, à situação... Se a pessoa é de direita, esquerda, não importa para a gente. Isso não é objeto da nossa CPI. A nossa CPI tem que ficar focada exatamente nos atos que aconteceram no dia 12 de dezembro e no dia 8 de janeiro. Então, parabéns ao Deputado e Presidente da nossa CPI, que tem conduzido dessa maneira, para que a gente possa preservar o nosso objetivo. E foi por esse objetivo que eu fiz a intervenção, para que a gente possa, realmente, ficar nesse escopo.

Eu vou repetir aqui: "Requer a convocação da Senhora Marília Ferreira Alencar, ex-subsecretária da Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal para prestar esclarecimento

sobre os fatos ocorridos dia 12 de dezembro de 2022 e dia 8 de janeiro de 2023".

A senhora disse aqui que é, há dezesseis anos, delegada federal.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, a senhora não nasceu aqui, mas vive aqui no Distrito Federal.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E eu imagino que a senhora conheça a história do Distrito Federal. Mas eu vou um pouquinho antes, antes mesmo do que aconteceu no dia 8 de janeiro. Eu quero ir para o dia 12 de dezembro. A senhora também disse aqui que a senhora estava de férias, né? E eu estou percebendo aqui que nós estamos ainda... É, vamos dizer assim, procurando entender qual é esse serviço de inteligência e como ele funciona.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Se a senhora puder explicar para gente... porque, pelo que eu entendi aqui da fala da senhora, é que é como se fosse um *hub:* pegava todas as inteligências do Estado e unia essas inteligências.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – As informações.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Mas a degustação, vamos supor, a gestão do que era produzido, tinha outras secretarias, diretorias que fariam alguma coisa ou a diretoria na qual a senhora trabalhava no Ministério da Justiça tinha o poder de ação também?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, a senhora explica isso...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É só um...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – ... claramente para as pessoas, por gentileza?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Tá. Principalmente lá no Ministério da Justiça, e aí eu não estou falando só da secretaria, é, é isso mesmo. É uma agência central de inteligência e que funciona como um grande – você usou exatamente a palavra – *hub* de informações. Então, a gente recebia informações do Brasil inteiro, das áreas de inteligência. Trata essa informação pra passar pro tomador de decisão. Então, em geral, era isso.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E quem é responsável por essa tomada de decisão nesse caso que a senhora está falando?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Nesse caso, era o secretário de operações integradas e, em última instância, o Ministro da Justiça.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – A senhora pode nomear quem era o secretário de operação?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – O secretário era o Dr. Carrijo, Alfredo Carrijo, e o Ministro da Justiça era o Dr. Anderson.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, no dia 12, nós tínhamos esse secretário e o ministro?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Há outra pergunta que eu gostaria de fazer para a senhora. Eu sei que a senhora estava de férias.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Mas nós tivemos aqueles atos que não foi algo previsto no dia 12 de dezembro.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Atos que colocaram, fizeram a sua posição, mas até hoje eu não vi nenhum relatório eficiente a respeito...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Que foram pessoas que estavam no acampamento. Até agora eu não vi um relatório em relação a isso.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Atos que ocorreram inclusive próximos ao hotel do então ainda não empossado atual Presidente da República. Quando a senhora chegou de férias, a senhora teve acesso a esse relatório? O que realmente aconteceu nesse dia?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É... Não teve... Não tive acesso porque essas apurações ficaram com Polícia Federal e com a Polícia Civil do Distrito Federal. Acho que posteriormente eles até fizeram uma operação conjunta sobre esses fatos aí. Então, essa parte de investigação não fica lá no MJ...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não fica na sua inteligência?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não. Não fica na inteligência.

(Falas paralelas.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, não adianta fazer pergunta...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – A inteligência só...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – ... a respeito disso.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso. Mesmo.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Tá. Uma outra pergunta que eu gostaria de fazer até para o meu esclarecimento, mas eu acredito que, de uma forma geral, para o público: o que é a ABIN? E qual é a função da ABIN?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – A ABIN é a Agência Central de Inteligência de Estado. Ela tem a obrigação de... de... de colher informações. Assim como a do MJ é na área de segurança pública, a ABIN é a inteligência nacional e de proteção do Estado. Então, ela é a... a... a responsável pela inteligência que prote... é de segurança do Estado brasileiro.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Tá. E aí a senhora acabou de falar para nós que a agência de inteligência não tem bola de cristal.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ninguém nesse mundo tem bola de cristal.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Acompanha os fatos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Mas acompanha os fatos. Mas, muitas vezes, existem informações, antes de acontecer os fatos. Então, nós estamos aqui falando que a agência, a ABIN, teria possibilidade de ter, vamos dizer, assim, quase chegando numa bola de cristal, na seguinte situação: ela consegue ver o que estava acontecendo antes. Ela consegue monitorar isso?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É. A ABIN, ela, inclusive, no fato ali de 8 de janeiro, ela fez um comunicado, um relatório com base nas convocações de redes sociais. Nas redes sociais, já se falava do que eles pretendiam fazer, digamos assim. Ninguém sabia se eles iam vir mesmo, se aquilo ia acontecer, de fato; mas eles estavam falando. Então, era isso que se sabia: "Ó, estão falando que vão vir". Falavam que iam vir milhares de ônibus, inclusive, que não se confirmou. Então, assim, isso a ABIN detectou, nós também. Fizemos um relatório na sexta-feira. As agências de inteligência detectaram isso, porque estava nas redes sociais, nos grupos de vários segmentos, né?

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então eu quero entender aqui. Eu quero ficar um pouco focada na ABIN. Então, a senhora está me dizendo que a ABIN, que é o quê?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Agência Brasileira de Inteligência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Agência Brasileira de Inteligência. Ela é subordinada a qual órgão?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Na época, era ao GSI. Agora, está na Casa Civil, né?

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, a ABIN, no dia 8 de janeiro, era subordinada à Casa Civil do Presidente Lula. É isso que a gente está falando?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Na época, era o GSI.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Só para ficar claro, Deputada Paula Belmonte. Ela era subordinada ao GSI e, agora, faz uns três ou quatro dias, que passou a gestão para a Casa Civil. Foi agora que passou para a Casa Civil.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Tá. Então, vamos lá.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É. Era o GSI.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – É importante que a senhora fale o que significa e para quem ela estava subordinada. Então, no dia 8 de dezembro, vamos colocar no dia 7. No dia 7 de dezembro, nós temos a ABIN... O que é a ABIN?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Agência Brasileira de Inteligência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E ela era subordinada, no dia 7 de dezembro, a quem?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Ao Gabinete de Segurança Institucional.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E quem é a pessoa responsável pelo Gabinete de Segurança Institucional?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Era o Ministro do GSI, né, na época. Eu não sei quem era...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não, no dia 8 de janeiro, que é vinculado ao Presidente atual da República, Lula? Eu estou perguntando para senhora.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim, sim, sim.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu estou perguntando para a senhora.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Deputada, eu vou... Só para as coisas ficarem claras, é o seguinte: o GSI era comandado pelo General Heleno.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não. Isso em dezembro. Eu estou falando agora, dia 7.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – O GSI não tinha mudado ainda. Está certo?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não sei dizer, realmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Portanto, a gente não pode aqui ficar querendo... Essa reunião está sendo transmitida ao vivo. A televisão... Nós não podemos querer vincular essa questão ao Presidente Lula.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu estou querendo saber. Nós não estamos falando do dia 31 de dezembro. Nós estamos falando do dia 7, após a posse do Presidente Lula. Do Presidente Lula e nós estamos falando da ABIN, que está sob a supervisão dele. Quem era o comandante dele... Era dele. A ABIN tinha as informações de que iriam acontecer os atos, que aconteceram aqui, e que tinha manifestantes. A senhora teve a informação que a ABIN tinha. A ABIN fez alguma coisa?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Ela comunicou a vários órgãos. Isso eu vi pela imprensa, inclusive. Ela comunicou a quarenta e poucos órgãos sobre esses fatos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ela comunicou, mas não tomou nenhuma atitude?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É porque ela informa. Ela é uma agência de inteligência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ela é exatamente igual a vocês?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim, mas no âmbito mais...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E aí foi falado aqui em relação ao PAI, o procedimento. Nós estivemos aqui com o Dr. Fernando e percebemos que alguns procedimentos do Ministério de Relações Exteriores, do STF, de uma proteção que tinha sido assinada, não foram cumpridos. Inclusive imagens mostram isso. Imagens mostram que não tinham os gradis. Não mostram!

Então, o que eu quero, assim, resumir aqui a todas as pessoas que estejam nos escutando é o quê? Que a Agência Brasileira de Inteligência Nacional tinha informação; ela comunicou, mas não tomou nenhuma atitude no sentido da mesma situação... do que a senhora também era responsável! A senhora tinha gerência de quantas pessoas iriam às ruas, como ia fazer.... A senhora ia conseguir fazer isso?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não. Não era a minha área. A gente informa, e a área operacional... Na verdade, operacional dos órgãos, né? É como eu expliquei: ali, a inteligência da secretaria, ela é estratégica. Ela informa o secretário executivo, o secretário e a sop, que é a secretaria de operações. As áreas operacionais, para cumprir as obrigações do PAI, ela tem as suas próprias áreas de inteligência, que, aí sim, elas descem ali nas minúcias, nas informações mais voltadas para o operacional.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Muito grata, Delegada Marília.

Quero agradecer e aproveitar aqui esses minutos que me restam para dizer que, cada vez mais, fica aqui registrado o meu sentimento de que, sim, houve falha; mas houve falha, sim, do âmbito federal, porque nós tínhamos aí uma agência de inteligência subordinada ao Presidente da República Lula. E nós vimos vários atos que aconteceram aqui e que não tiveram a ação do Governo Federal. Nós tivemos aqui falha, por quê? Porque nós tivemos, como foi dito pelo interventor... E eu fui lá ao ministério com o Ricardo Cappelli – o interventor Ricardo Cappelli. "A Polícia Militar, ela foi colocada numa emboscada." Foram essas palavras que foram ditas. A Polícia Militar do Distrito Federal foi colocada numa emboscada. Não foi, Deputado Hermeto? O Ricardo, o interventor falou. E essa emboscada foi feita pelo Governo Federal. Cada vez mais, está me mostrando isso.

Então, essas são as minhas palavras que eu deixo aqui.

Agradeço a presença da senhora.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Pessoal, eu, sabe, enquanto Presidente desta CPI falei que ela seria apartidária. Eu não posso deixar que algumas coisas sejam afirmadas aqui como sendo absolutamente verdadeiras, porque é o seguinte: o Governo Federal agiu na hora em que ele achou que tinha que agir. Não é o Governo Federal que faz a segurança nos estados. Quem faz a segurança nos estados são os governadores.

Portanto, o Governo Federal agiu quando o Governo do Distrito Federal não agiu, intervindo na segurança pública do Distrito Federal e afastando o secretário! Não podia agir antes, até porque, para colocar a Força Nacional de prontidão aqui, precisava do governador para dizer que estava de acordo. Se o governador disser que não está de acordo, não pode. Por isso que a Força Nacional ficou só no prédio da Polícia Federal e do Ministério da Justiça. Os dois pontos, porque são órgãos federais onde poderiam ser colocados.

Portanto, a Presidência da República e o Presidente Lula não têm absolutamente nada a ver com isso. Estou pontuando isso para que fique claro para quem está assistindo a gente.

Tem um ponto que a Dra. Marília não colocou, mas para mim é muito grave: o acontecido no dia 12. Conversei com o delegado federal que estava lá dentro do prédio aqui da Asa Norte, da Polícia Federal. Ele me disse, Dra. Marília, que ali poderiam ter morrido agentes da Polícia Federal. Eles não estavam esperando que acontecesse aquilo e eles tiveram que reagir...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Verdade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Para proteger o prédio da Polícia Federal. Ele falou: "Nós corremos risco de morte aqui". Delegados e agentes estavam lá. Só depois, quando chegou o pessoal do grupamento de operações especiais da Polícia Federal, que é a tropa de choque da Polícia Federal, é que eles conseguiram salvaguardar o prédio.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É muito importante isso aqui. Eu concordo com a Deputada Paula Belmonte sobre a responsabilidade dividida. A responsabilidade está caminhando para cair só no colo da polícia.

Afirmo a V.Exa., Presidente, que, no dia 1º de janeiro de 2023, o Presidente Lula editou um decreto e nomeou o Sr. Marco Edson Gonçalves Dias para exercer o cargo de Ministro-Chefe de Estado do Gabinete de Segurança Institucional. Portanto, o ministro não era o General Heleno, era o Sr. Marco Edson Gonçalves, nomeado, sim, pelo Presidente Lula. E o Gabinete de Segurança Institucional é vinculado à ABIN. E a ABIN tinha repassado todos esses relatórios. Só para efeito de esclarecimento.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Eu não vou permitir debate paralelo aqui. Está com a palavra o Deputado Gabriel Magno.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Nós não vamos transformar... Depois, quando V.Exas. quiserem, a gente faz um debate na CPI.

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, Presidente. Primeiro, bom dia a todos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, esse é um direito regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está com a palavra o Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A Parlamentar está pedindo a palavra, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está com a palavra o Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, mais uma vez, Presidente.

De novo, bom dia a todos, todas e todes que nos assistem pela *TV Web*.

Bom dia, Delegada Sra. Marília Ferreira Alencar. Obrigado por ter aceitado comparecer aqui e responder às perguntas. Elas são muito relevantes.

Sra. Marília e Presidente, eu quero me ater a quatro questões. Quero começar pela sua indicação ao Ministério da Justiça. A senhora falou que foi em 2021.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Isso.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Em qual dia exatamente a senhora tomou posse? A senhora lembra o mês pelo menos?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum, não lembro. Maio ou junho, Deputado. Acho que no início de junho foi a nomeação.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O motivo da sua nomeação, Sra. Marília, teve alguma coisa a ver com a crise do dossiê antifascista, que, inclusive, está agora sendo julgado no Supremo Tribunal Federal?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, porque foi um pouco... O diretor de inteligência que me antecedeu é que foi depois da crise. Eu ainda fui um pouco...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Foi depois.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Fui depois dele. Ele foi o que entrou ali no...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Exatamente. Então, ele vazou o dossiê...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Teve aquela situação. Aí trocou o diretor e foi...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Teve uma crise política. A mudança foi devida a essa crise política? E qual foi...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – A minha não. A minha não.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – A senhora foi convidada pelo Ministro Anderson.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É que o Ministro Anderson chegou lá, e o outro diretor de inteligência tinha sido nomeado pela gestão anterior. Então...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok*. A senhora falou aqui que já se encontrou com o ex-Presidente da República Bolsonaro, né?

SRA. MARÍLIA FERRERIA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Esse encontro aconteceu antes ou depois da sua nomeação?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Ih, acho que foi depois. Foi bem ocasional. Eu tinha ido com o ministro em alguma situação e, aí, o vi de longe assim.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Não conversou com ele? Não teve nenhuma...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, nada de trabalho, nada, nada, nada, não.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Não teve nenhuma conversa sobre as questões que aconteceram no Ministério da Justiça?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Uma pergunta, a senhora já respondeu no início, e acho que é importante. A senhora já participou de algum ato convocado pelos grupos que apoiam ou apoiavam o ex-Presidente da República Jair Bolsonaro?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Nunca participou de nenhum ato na rua?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Nunca participou de nenhum ato na rua?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, não.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Como cidadã?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Nunca participou de nenhum desses atos?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, não, não.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok*.

Sra. Marília, a senhora tomou posse em maio de 2021.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Maio ou junho.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Em setembro de 2021...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – ...foi sancionada a Lei nº 14.197, que determina os crimes contra o Estado Democrático no País.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Então, a senhora já cumpria esse cargo na direção do Ministério da Justiça. Bom, a lei estava em vigor e determinava que isso era crime. Em 2022, desde 2020 ou 2021, mas, em 2022, pós-eleição principalmente...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Era nítida – a senhora relatou aqui que tinha acesso a esses relatórios de inteligência, isso era público – uma série de manifestações nos QGs no Brasil inteiro, mas também no Distrito Federal pedindo uma intervenção militar...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – ... pedindo golpe. Isso, obviamente, caracteriza crime, inclusive pela Lei nº 14.197/2021. Tinha alguma investigação no Ministério da Justiça sobre esses crimes contra o Estado Democrático de Direito? Tinha alguma investigação, algum serviço de monitoramento da inteligência para também acionar a polícia, acionar o sistema judiciário sobre quem financiava esses acampamentos, quem organizava esses acampamentos, que, flagrantemente, cometiam um crime contra o Estado Democrático?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Então, Deputado, eu até já, já falei pro Deputado Fábio Felix: esse não era o trabalho do Ministério da Justiça, da Diretoria de Inteligência. Eh... Investigação criminal fica com a Polícia Federal, com as polícias civis, as polícias judiciárias, no caso da federal, da União. Então, a gente não fazia esse trabalho. O que era feito... era acompanhado esses movimentos pra informar ao Sr. Secretário o que tava acontecendo no Brasil, inclusive pra ele acionar o Secretário de Segurança, pras polícias agirem, pra desfazerem os bloqueios. A informação pra que as polícias ajam. E, inclusive, integrar as agências de inteligência pra que fosse monitorado o Brasil inteiro e todos os fatos fossem acompanhados. Esse era o trabalho mais estratégico ali dessas agências centrais de inteligência, é um trabalho mais estratégico. Ele não é um trabalho de identificar uma pessoa, outra pessoa, quem financiou. Isso fica com as polícias, as inteligências das polícias.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok*. Então, o Ministério da Justiça encaminhou...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – ... para as polícias que tinha movimentações que atentavam contra...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim. A gente acompanhava o movimento junto com as polícias. Era tudo feito de forma conjunta.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Essa era uma orientação do Ministério da Justiça, então, no ano passado, que...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu queria saber qual era a orientação do Ministério da Justiça, qual era a opinião do Ministério da Justiça e da inteligência sobre os acampamentos em frente aos quartéis generais.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – A gente tinha que monitorar como um fato que causa impacto ou não na segurança pública, independentemente de ser isso ou aquilo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas tinha uma opinião de que isso afrontava a própria legalidade ou não?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – A gente não entra nisso. A gente não entra nisso. A gente entra no que está acontecendo, tanto os bloqueios, tanto sobre os fatos, tanto eh... eh... na frente de QG, na frente em tal rodovia. A PRF passava: "Ó, tem em tal lugar". Então, tem que agir. Aí ia secretário de segurança: "Ó, tá acontecendo isso". É informativo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Então, em nenhum momento, também teve um repasse das inteligências da polícia para o Ministério da Justiça de que ali estava... Porque o que nos surpreende, Sra. Marília, só para tentar deixar mais nítido aqui, é que esses movimentos começaram a acontecer, as ocupações em frente aos quartéis generais aqui no Distrito Federal e no Brasil inteiro, logo após o resultado das eleições.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – E, flagrantemente, ações e atos criminosos, porque pediam nitidamente, expressamente e publicamente um golpe de Estado. A legislação brasileira prevê... começou a prever isso. Não é crime só o golpe de Estado, a tentativa de golpe também é crime.

Qual era a orientação do Governo Bolsonaro sobre esses crimes. Eu queria saber qual era a orientação do Governo Bolsonaro sobre esses crimes que estavam acontecendo em vários territórios e se teve alguma ação por parte do governo anterior para tentar impedir que crimes fossem cometidos durante um período relativamente grande, de outubro a 31 de dezembro.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu entendi a sua pergunta, mas realmente não era a nossa área lá na Diretoria de Inteligência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok*. Só para entender qual era o papel.

Eu queria entrar em um outro ponto que a senhora também respondeu aqui, sobre a incerteza do número de ônibus, que a inteligência não sabia o tamanho do ato do dia 8.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não sabia antes.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Tinha uma incerteza de qual seria o tamanho.

Mas a minha pergunta é a seguinte: com o histórico das mobilizações em Brasília, de atos chamados pelos apoiadores do ex-presidente... Teve vários atos aqui; numerosos, inclusive... Por esse histórico, por essa experiência, pelo que também foi divulgado... A senhora, inclusive, relatou... foi divulgado que teria milhões.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Milhares.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Milhares aqui no Distrito Federal, centenas de ônibus vindo, não teve um erro de avaliação? Por mais que... Você também disse aqui, agora, que não tem bola de cristal, mas, pelo histórico, pelo que era dito, não teve um erro, nessa avaliação, de que era muito provável que seria grande o suficiente para mobilizar e preparar um aparato de segurança para prevenir e para assegurar os três Poderes da República?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Como eu já disse, a gente fez um relatório de inteligência, informando o que a gente tinha colhido aí nas redes sociais, que é que se dizia, e isso foi passado. E a segunda fase foi acompanhar quantos estavam chegando. No final, não foi um número tão expressivo assim, foram 5 mil pessoas ali, mais ou menos, no domingo de manhã. Então, como disse o relatório do interventor aqui que analisou tudo... Eu sei que todos ficam... "O que aconteceu?" Todos nós ficamos. Enfim, é uma angústia que dá acho que em todas as pessoas que presenciaram, principalmente a gente que viveu aquilo ali no dia. Foi um negócio muito complicado, mesmo. Mas, da minha parte, Deputado, o que eu posso afirmar é a parte da inteligência e a parte estratégica da inteligência, a parte que fluíram as informações que a gente tinha. Se a gente não teve essas informações, se não chegaram determinadas informações, eu não posso ir além. Mas o que se teve... e, sim, teve informações que os ânimos estavam exaltados em alguns momentos, sim; que poderia haver confronto com as forças de segurança, sim. Em outros momentos, estavam os ânimos pacíficos, sim. Isso era fato. Era o que era repassado pelos agentes da Polícia Militar, de todas as agências que acompanharam os fatos. Então, o que eu posso dizer é isso. Inclusive, que o relatório do interventor, que viu, que estudou os fatos ali no momento em que aconteceram, é que, da parte da inteligência, foi feito conforme as atribuições previstas em lei.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu quero tentar entrar em um ponto específico. Não cabe a mim, obviamente... Não sou um especialista em segurança pública, então, não cabe a mim julgar, obviamente, o trabalho da inteligência. E não o farei aqui. Farei apenas algumas observações que me causam estranheza.

Como eu coloquei, para mim, há algum tempo já vinham manifestações; as próprias ocupações em frente aos quartéis generais com um clima nada tranquilo. Pelo contrário. Havia manifestações, as próprias ocupações em frente aos quartéis-generais, com um clima nada tranquilo. Pelo contrário. Havia crimes sendo cometidos em frente aos quartéis-generais, inclusive aqui no Distrito Federal.

A senhora não acha que, quando a inteligência reporta para as autoridades competentes, para as forças de segurança competentes, que havia um clima tranquilo, mesmo sabendo desse histórico e dessa animosidade, isso interferiu? Como a senhora bem disse, o número acabou sendo reduzido, sendo pequeno, e teve uma falha. Um número pequeno de pessoas invadiu a Praça dos Três Poderes.

A senhora acha que, quando a inteligência fala que havia um clima tranquilo, isso não pode ter ajudado na falha da preparação para o ato?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Assim, na verdade, a preparação foi feita na sexta de manhã, e o PAI, ele foi previsto... Eu vou até ler aqui o que o relatório do interventor menciona: "Ele foi previsto com base nas informações de redes sociais, ou seja, que eram alarmantes". Então, ele foi elaborado para o pior. Certo? Então, o cumprimento das ações do PAI é que é o ponto da situação. Quanto a estar tranquilo ou não, aquilo era no momento. A inteligência não pode mentir. Naquele momento, está tranquilo. Inclusive, nas frações de inteligência, é: "no momento, está tranquilo; no momento, está havendo falas de incitação à violência; no momento..." Então, assim, é bom deixar bem claro que... Eu acho que vários tiveram dúvida aqui, e é bom esclarecer o que a inteligência faz, então, ela dá as informações; e ao setor operacional de cada órgão cabe realizar as ações. E é bom ressaltar também que essas informações do domingo de que estava tranquilo foram

informações do operacional, do pessoal de campo que estava lá e falava: "Oh, não foi da secretaria, tá?" Mas eram informações...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Foi da inteligência, então?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É porque eram nomes no grupo. Eu acho que era a inteligência da Polícia Militar, tá? Eu tenho quase certeza. Eles afirmavam que estava tranquilo naquele momento. Eles estavam descendo de forma realmente pacífica. Tinham imagens, estava lá. Tinham os *drones*. Tinha lá as imagens deles descendo com o policiamento acompanhando. Tudo isso, a gente viu ali.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – A senhora acha, então, que, por esse entendimento de que estava tranquilo, de que a marcha estava tranquila, foi isso que fez com que autorizassem a descida deles e a abertura da Esplanada?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu acho que não, porque o planejamento é feito antes, inclusive o planejamento operacional, né? Ele tinha que já estar pronto. Os policiais destacados já estavam, inclusive, lá. E também havia informações – acho que o Dr. Fernando falou isso e ressaltou várias vezes – de que tinha policiais suficientes. Era a informação que tinha nesse grupo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – As imagens mostram que não havia policiais suficientes.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É, no final, né? As imagens de depois, né?

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Então, teve um erro também aí nesse processo, que é o que nós vamos tentar aqui, ao fim, identificar. Mas é importante esse esclarecimento para também tentar entender o papel da inteligência nesse processo e nos alertas...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – De que a inteligência, então, fazia alertas para quem deveria o operacional agir.

Quero entrar em uma outra questão, Sra. Marília, que é sobre a ausência do Anderson. A senhora falou aqui que não acha, na sua opinião, que a viagem dele interferiu em qualquer ambiente no dia 8 de janeiro. Mas nos estranha muito, e eu queria... Também a senhora disse que ele... Você ficou sabendo que ele viajaria na quinta-feira.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Ele informou pessoalmente? Ele avisou?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu acho que a gente, conversando, estavam todos lá no gabinete, e ele falou que ia viajar, mencionou. É porque o Fernando era subordinado diretamente a ele, não era eu. Então, por isso...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas foi em uma reunião interna da secretaria que ele informou que viajaria na quinta-feira?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu acho que foi do... Eu não sei te dizer. Eu não sei nem o dia, se eu soube na quinta ou na sexta, mas eu acho que foi na quinta. Não me lembro direito.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Estranha-nos, porque, tanto no depoimento do Sr. Fernando quanto em vários autos dos processos que estão correndo, as férias do Anderson foram autorizadas a partir do dia 10 de janeiro...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Na segunda-feira...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Nove. Acho que era nove...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Nove de janeiro, domingo, não é?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, nove, segunda...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Nove, segunda-feira, desculpa. Oito foi domingo, já.

E aí você, um servidor público, que sai do Brasil, viaja para o exterior, sem estar em férias e sem avisar. Queria saber se teve, na Secretaria de Segurança Pública, alguma notícia disso, se o Anderson informou o governador ou informou, não é, a própria segurança, de sair do Brasil, de abandonar o cargo? Porque no dia 8 de janeiro, até o dia 8 de janeiro, ele estava oficialmente respondendo pela pasta, não é? E abandonar o cargo para uma viagem no exterior me parece um pouco estranho, não é? Para não dizer outra coisa aqui. Então, por isso que eu gostaria de saber se teve, como é que foi esse informe do Sr. Anderson...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – A senhora que estava na direção da inteligência, mas também a secretaria, ou se você sabe se teve esse informe formal ao Governador Ibaneis?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu não sei dizer. Mas acho que aí o Fernando, que era subordinado diretamente a ele, que vai saber esclarecer melhor.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok*. Não, obrigado.

E, por fim, Marília, eu gostaria de entrar numa última questão sobre o dia.

A senhora disse que a inteligência, na sua opinião, ela trabalhou... não fracassou, não é? Nem a da segurança da Secretaria de Segurança Pública, nem a da Polícia Militar. Pelo contrário, a senhora afirmou aqui que a inteligência trabalhou muito bem. A inteligência passa informações, mas também monitora as ações, ou não?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Não, assim... Monitora para colher informação, não para ter gestão da, da...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas ela pode fazer alertas, não é? A inteligência informa a situação?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O operativo faz ou não. A inteligência monitora isso também dando alertas: "Olha..."?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Os alertas são as informações que a gente passa...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – São as informações dadas. E o operativo não cumpriu os alertas, nem os encaminhamentos da inteligência, porque, se tivesse cumprido, não teria acontecido o que aconteceu no dia 8.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É porque é aquela diferença que eu expliquei para o senhor. Aqui a gente está falando da secretaria, né? O operacional é o das polícias. Então, as inteligências... A relação das inteligências com os operacionais de cada polícia é de cada polícia. A nossa, eu me reportava aos tomadores de decisão da secretaria e ao subsecretário de operações integradas, que era quem coordenava ali o PAI, enfim.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – É que não me parece que a inteligência também da Polícia Militar funcionou tão bem assim.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – É, aí tem que ver. Eu realmente não sei dizer a fundo, porque aí cabe a eles explicarem...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Não teve um processo de um alerta que era importante. Porque se o operacional permitiu... E, na minha opinião, e eu gostaria de saber a sua opinião, as forças de segurança presentes no dia 8 de janeiro deixaram os golpistas invadirem a Praça dos Três Poderes e os três prédios.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Desculpa, qual foi o início?

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Na minha opinião, e eu gostaria de saber a sua opinião.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Sim...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – As forças de segurança, que estavam lá presentes, o operacional...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O operacional mais as forças de segurança, resta saber de quem foi o comando...

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – ... mas as forças de segurança deixaram que os golpistas entrassem na Praça dos Três Poderes e invadissem os três prédios da República.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Olha, Deputado, é difícil. Eu acho que só após as investigações, saber se houve um *animus* ali, eh, doloso. Uma questão dolosa das forças de segurança. Eu acho difícil. Eu acho que tem que se apurar aquilo que eu falei: questão de quantitativo, como é que era antes, como é que foi no dia, para aquele número de pessoas, se eles acharam... se eles têm um plano operacional, e a secretaria não teve acesso, de que... para aquele número são x policiais, eles estavam ou não, aonde eles estavam, eram para estar aqui e estavam ali. Isso tudo é que tem que ser apurado para se chegar a uma conclusão desse tipo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Na sua avaliação?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu não tenho avaliação sobre esse ponto.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok*. Em algum momento, durante a semana que antecedeu o dia 8 de janeiro, em alguma reunião... Porque o PAI mostra algumas orientações, mas quem deu a ordem de permitir que a marcha que saía do acampamento no QG entrasse na Esplanada dos Ministérios?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Pois é, essa parte não, não é minha, não sei dizer. Eu respondi aqui, já.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Não teve também nenhum momento...

SRA. MARÍIA FERREIRA DE ALENCAR – Não é...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas tinha uma opinião. Qual era a opinião da inteligência sobre a marcha entrar na Praça dos Três Poderes?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu cheguei lá... Eu cheguei na secretaria dia 4; dia 6 foi o primeiro relatório de inteligência que a gente fez. Então, assim, eu realmente não sei como funcionava antes, eu não acompanhava o dia a dia dessa parte ali da Esplanada, das manifestações. E acredito que a inteligência não participe dessa decisão aí, tá? Essa decisão é da área operacional da secretaria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas a inteligência tinha uma opinião? Ou poderia dar uma opinião sobre a gravidade ou não de acessar a Esplanada?

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Essa é uma parte muito operacional, Deputado, de acessar ou não a Esplanada. Então, fica com a Subsecretaria de Operações Integradas.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Secretaria de Operações Integradas, *ok*. Eu coloco isso, Sra. Marília, porque eu sou professor da rede pública e sindicalista. Eu fui dirigente sindical por seis anos, no Sindicato dos Professores do Distrito Federal, e continuo dirigindo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. E a gente já organizou muitas atividades, muitas manifestações, muitas mobilizações aqui em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, em defesa dos direitos dos professores, da educação pública, do orçamento para a escola pública; algumas delas com mais de 50 mil pessoas, outras menores, com mil, 3 mil pessoas. A gente tem uma avaliação, nesses anos todos de mobilização, uma experiência, de que ninguém entra na Praça dos Três Poderes ou na Esplanada dos Ministérios se não for permitido pelas forças de segurança.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Hum-hum.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – ... porque as forças de segurança têm uma capacidade e um controle total daquele território, daquele espaço. Com essa experiência que nós temos, fica evidente para nós que teve alguém que mandou e autorizou que os golpistas que estavam caminhando e marchando naquele dia 8 entrassem na Esplanada, entrassem na Praça dos Três Poderes e invadissem os três prédios.

Quero terminar com uma pergunta: se, tanto no Governo Bolsonaro – de que a senhora fez parte –, quanto no Governo Ibaneis – por mais que tenha sido uma semana só –, não tinha alguma

orientação ou disposição diferente das forças de segurança ou do operacional da segurança dependendo de quem organizava a manifestação? Porque a impressão que fica, desses atos – vendo várias imagens, inclusive –, é que, dependendo da cor de quem chamava e convocava os atos, o clima, o humor, a disposição e o planejamento, por parte das forças de segurança, eram diferentes.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Olha, eu posso responder pelo pouco que eu vi ali na secretaria. Para mim, a impressão é o contrário: era que a gente tinha a obrigação, inclusive pela posse presidencial. A obrigação que o Dr. Júlio Danilo... a gente acompanhou... era de proteger a posse para que tudo corresse bem, para que não houvesse, inclusive, esse tipo de argumento de que era para facilitar nada. E, quando eu cheguei, inclusive, desse triste ocorrido do dia 8, era exatamente de a gente agir da forma como tinha que agir. Justamente para não ter esse efeito contrário. Então, é disso que eu posso falar.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, Delegada Marília. Agradeço as respostas, elas foram importantes para a gente também tentar desenhar o que de fato aconteceu e achar os responsáveis por essa permissividade do dia 8, do dia 12. E o não cumprimento, que eu acho que é importante... Por que foram tão permissivos desde outubro de 2021 com os acampamentos, com aqueles que financiaram, com aqueles que organizaram e com aqueles que estimularam todos os atos que atentavam contra os três Poderes, contra a democracia brasileira, contra o Estado Democrático e que culminaram, infelizmente, nos atos golpistas e terroristas do dia 8 de janeiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – São 12h04min. Quero agradecer a presença da Dra. Marília. A senhora contribuiu bastante com o objetivo desta CPI, que é encontrar a verdade.

SRA. MARÍLIA FERREIRA DE ALENCAR – Eu que agradeço.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Fica patente para a sociedade o tratamento que esta CPI está tendo com as pessoas que vêm depor.

Agradecer a presença dos Deputados e Deputadas que compareceram.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – E declaro encerrada esta comissão do dia de hoje.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente Comissão Parlamentar de Inquérito.

(Levanta-se a reunião às 12h05min.)

Documento assinado eletronicamente por **TATIANA DE AMORIM PACHECO - Matr. 16872**, **Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 13/03/2023, às 18:39, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES Matr - 13516**, **Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 14/03/2023, às 08:55, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **1084211** Código CRC: **197E4AA8**.